ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA NAZARÉ

ATA 03/2026

Aos vinte e seis dias do mês de junho de dois mil e vinte e seis, pelas vinte horas e quarenta e dois minutos realizou-se no Auditório da Junta de Freguesia da Nazaré, a sessão ordinária da Assembleia Municipal da Nazaré, presidida por Ricardo João Fialho da Felismina Neves e secretariada por Carla Maria Vagos Grilo e Valter Lameiro Soares. ----------

Além dos membros da mesa, fizeram parte da sessão os Senhores: Rogério Paulo dos Santos Serrador, Paulo Jorge Grácio Ruivo, Virgínia Maria da Florência Januário, António José Pombinha Piló, Fernando António Belo Nunes Capucha, Ana Isabel Carvalho Ortega e Nuno Filipe Figueiredo dos Santos - ***eleitos pelo Partido Social Democrata;*** *José Alexandre Freire Lopes, Teresa Alexandra Santos Ferreira, Raquel Rebelo Romão, Diana Filipa Nascimento Pereira, Anabela Delgado Zarro Balau, Ricardo António Mafra Germano Esgaio* - ***eleitos pelo Partido Socialista****; Geraldo Alberto Ramos Viola, Mara Lisa Lopes Neves e Cláudio Miguel Lopes Peça* - ***eleitos pela Coligação Democrática Unitária – CDU,*** *Pedro Manuel dos Santos Honório Nobre e Paulo Jorge Inácio Susano****, eleitos pelo Partido Chega****, Pedro Miguel Pinto Marques, Presidente da Junta de Freguesia de Famalicão, Augusto António Portugal dos Santos, Presidente da Junta de Freguesia da Nazaré, e Pedro Joel Jerónimo da Silva, Presidente da Junta de Freguesia de Valado dos Frades.* ----------

Solicitaram a substituição os Membros: Patrícia Periquito (PS); Jéssica Reis (CDU); Rute Monteiro (CHEGA). ----------

Esteve presente o executivo camarário, composto por: Serafim António Louraço da Silva; Luís Miguel Rodrigues Sousinha; Maria de Fátima Soares Lourenço Duarte; Milton Hugo Mafra Estrelinha, em substituição do Senhor Vereador João António Portugal Formiga; João Paulo Quinzico da Graça; Vanda Alexandra Duarte Santos e Maria Lúcia Teixeira Loureiro. ----------

Abertos os trabalhos, foram tratados os seguintes assuntos: ----------

• *PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA*

1. *TOMADA DE POSSE DE NOVOS MEMBROS, POR RENÚNCIA AO MANDATO APRESENTADA POR EURICO FIALHO ANDRÉ E IOLANDA ENGENHEIRO NOGUEIRA DE SOUSA*

*- **O Senhor Presidente da Assembleia**, deu nota do pedido de renúncia dos Senhores Deputados Eurico André datada de 25.05.2026 e Iolanda Sousa datada de 13.05.2026. Que se procedeu à notificação legal dos eleitos imediatamente a seguir nas respetivas listas. Agradeceu aos membros renunciantes o trabalho prestado ao Município e chamou a Dra. Helena Pola para dar posse aos novos membros Virgínia Januário e António Piló.*

- Tomaram posse como membros efetivos da Assembleia Municipal Virgínia Maria da Florência Januário e António José Pombinha Piló, na sequência dos pedidos de renúncia

aos respetivos mandatos apresentados por Eurico Fialho André e Iolanda Engenheiro Nogueira de Sousa. ----------

2. ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 16.04.2026 - Apreciação e votação.

Aprovada por unanimidade. ----------

- Não participaram na votação, os membros da Assembleia, que não estiveram presentes.

3. LEITURA DO EXPEDIENTE

Tomado conhecimento. ----------

4. ASSUNTOS GERAIS DE INTERESSE AUTÁRQUICO

***Solicitaram intervenção**:* ----------

*– **O Senhor Deputado Pedro Nobre (CHEGA)**, propôs um voto de Pesar "Ás vítimas do sismo na Venezuela".* ----------

"O Partido CHEGA propõe um voto de pesar por todas as vítimas dos recentes terramotos que atingiram a Venezuela, manifestando a sua solidariedade para com as famílias enlutadas e com todos aqueles que foram afetados por esta tragédia. Assembleia Municipal 26 de junho de 2026". ----------

– Aprovado por unanimidade. ----------

– ***O Senhor Deputado Pedro Nobre (CHEGA)*** – *Declaração Política*

"Ex.mo Sr. Presidente,

O Valado tem sido esquecido pelo Município, sobretudo quando comparado com Famalicão. Sabemos que, em Famalicão, o atual Presidente da Junta foi eleito com o seu apoio, enquanto no Valado a atual Presidente da Junta não teve o seu apoio político nem pertence à sua cor partidária. ----------

No entanto, Sr. Presidente, importa recordar que V. Ex.ª é Presidente de todos os munícipes, independentemente das suas escolhas políticas ou da freguesia onde residem.

É nessa qualidade que lhe coloco algumas questões que exigem uma resolução urgente. Tão urgente como a intervenção na Estrada da Serra da Pescaria. Tão urgente como a religação da estrada de Famalicão aos Raposos. ----------

Refiro-me, em concreto, à necessidade urgente de substituição da rede de águas pluviais em algumas ruas do Valado. Em certos locais, não existe sequer tubagem adequada, mas apenas uma antiga conduta em cimento. Esta situação provoca infiltrações nas habitações situadas abaixo do nível do solo, com consequências graves para a saúde dos moradores e para a segurança pública. ----------

Além disso, têm ocorrido abatimentos na calçada, que podem, a qualquer momento, provocar acidentes. ----------

Por isso, Sr. Presidente, a pergunta que lhe deixo é simples e direta: ----------

Pretende ou não resolver esta situação? E, em caso afirmativo, quando será feita esta intervenção? Muito obrigado". ----------

- O Senhor Deputado Paulo Susano (Chega): ----------

" Exmo. Senhor Presidente,

Confirma que as obras da estrada de ligação de Famalicão aos Raposos estarão concluídas antes das festas dos Raposos, conforme foi assegurado pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Famalicão em reunião de junta. ----------

- Relativamente às obras da Estrada do Casal Mota, as mesmas já se encontram concluídas e confirma a versão apresentada pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Famalicão, segundo a qual essas obras terão terminado devido a uma derrapagem no orçamento? Por fim, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Famalicão afirmou em reunião de junta que não procede à limpeza dos fontenários por considerar que essa responsabilidade é da Câmara Municipal e em particular do Senhor Presidente da Câmara. Assim sendo, pergunto-lhe diretamente, para quando a limpeza e reparação e dignificação dos fontenários de Famalicão? A população merece respostas claras, obras concluídas e património público devidamente cuidado. Obrigado". --------

– O Senhor Deputado José Alexandre (PS): ----------

" Senhor Presidente da Assembleia Municipal,

Senhor Presidente da Câmara Municipal,

Senhoras e Senhores Deputados Municipais,

Em primeiro lugar, saudar os novos empossados desejando votos de um bom mandato. A poucos dias do início de mais uma época alta turística, não podemos deixar de manifestar a nossa crescente preocupação com o estado geral do concelho da Nazaré.

A falta de manutenção e limpeza dos espaços públicos atingiu níveis que, francamente, julgávamos impossíveis de alcançar. O abandono é visível um pouco por todo o concelho.

É uma situação que afeta a qualidade de vida dos residentes, prejudica a imagem do território e transmite uma sensação de desleixo que não pode ser ignorada. ----------

Tomemos como exemplo a zona do Camarção. Meses após a passagem da tempestade Kristin, continuam evidentes os sinais da destruição provocada pelo temporal, com buracos abertos e áreas degradadas que permanecem por intervencionar. Não estamos a falar de situações recentes. Estamos a falar de problemas identificados há largos meses e que continuam sem resposta. ----------

Perante este cenário, questionamos o Senhor Presidente da Câmara: existe alguma estratégia ou plano de rearborização para o concelho? Que medidas estão previstas para recuperar as áreas afetadas e devolver dignidade aos espaços públicos que hoje apresentam um estado preocupante? ----------

É igualmente prioritário reforçar a iluminação pública em várias zonas do concelho da Nazaré, colmatando situações de insuficiente visibilidade que comprometem a segurança, a mobilidade e a qualidade de vida da população. Em simultâneo, importa

promover uma maior articulação entre os diversos serviços municipais e a Câmara Municipal da Nazaré, garantindo uma atuação mais coordenada, eficiente e atempada na identificação, planeamento e resolução das necessidades do concelho. Esta cooperação permitirá otimizar recursos, agilizar a resposta aos problemas sinalizados e assegurar uma gestão mais eficaz do espaço público, em benefício de todos os munícipes. Algo que, infelizmente, podemos concluir que não tem vindo a ser feito. ----------

Ainda no domínio da manutenção do espaço público, queremos alertar para uma situação que merece intervenção urgente. Na Rua Combatentes do Ultramar, junto à entrada para a Pederneira, existem atualmente duas deformações significativas no asfalto. Tratando-se de uma zona localizada numa curva apertada, o risco de agravamento da situação e de potenciais acidentes é evidente. Solicitamos que esta ocorrência seja devidamente sinalizada e reparada com a maior brevidade possível. ----

Relativamente ao Plano Diretor Municipal, recordamos que, na última sessão desta Assembleia, foi referido que em meados do mês de junho existiriam novidades relativamente ao processo de revisão. Estamos praticamente no final do mês e, até à presente data, nada foi comunicado aos órgãos autárquicos nem à população.----------

O PDM é, provavelmente, o documento estratégico mais importante para o futuro do concelho. Define o modelo de desenvolvimento territorial para as próximas décadas, condiciona investimentos, influencia decisões de particulares e empresas e impacta diretamente a vida dos nossos munícipes. Por isso mesmo, entendemos que este processo

deve ser acompanhado com total transparência. Assim, perguntamos: qual é o ponto de situação atual da revisão do PDM e quando serão finalmente conhecidas as anunciadas novidades? ----------

Senhor Presidente,

O verão aproxima-se rapidamente e, com ele, regressam problemas que conhecemos bem e que se repetem ano após ano, especialmente ao nível da mobilidade. ----------

É evidente a necessidade de reforçar a oferta de estacionamento em todo o concelho, procurando soluções que permitam responder ao aumento significativo da procura durante os meses de verão. Mas tão importante quanto criar lugares é garantir a sua correta utilização. ----------

Nesse sentido, consideramos fundamental reforçar a fiscalização das zonas de estacionamento de duração limitada. Estes lugares existem para promover a rotatividade e facilitar o acesso ao comércio, aos serviços e aos equipamentos públicos. Em igual sentido, existem, e de acordo com a Lei, lugares de estacionamento específicos para pessoas com deficiência de onde, infelizmente, já assistimos à utilização indevida dos mesmos. Não podemos continuar a assistir à ocupação prolongada destes espaços por utilizadores que não respeitam as regras estabelecidas, prejudicando residentes e visitantes. ----------

Solicitamos, por isso, um reforço da fiscalização nestas zonas e noutras situações semelhantes que comprometem a boa gestão do espaço público. Outra questão que merece esclarecimento prende-se com as Festas do Sítio. ----------

Foi recentemente apresentado publicamente um novo modelo para aquele que é um dos maiores eventos do concelho. Contudo, até ao momento, os órgãos autárquicos não receberam qualquer informação formal sobre as alterações propostas, os seus objetivos ou as suas implicações. ----------

Perguntamos ao Senhor Presidente o que pode adiantar relativamente a este novo modelo. Que estratégia está a ser preparada? Que alterações estão previstas? Que estudos e avaliações sustentam esta mudança? E, sobretudo, de que forma estão a ser acauteladas todas as condicionantes logísticas, de segurança, mobilidade e impacto junto da população residente? ----------

Finalmente, não podemos deixar de abordar uma situação que se arrasta há demasiado tempo e que continua sem solução à vista: a Pedralva. ----------

Tudo indica que nos aproximamos de mais uma época balnear sem que este espaço possa ser usufruído por residentes e visitantes. Trata-se de uma perda significativa para o concelho, para a sua oferta turística e para a valorização do nosso património natural.

Todos conhecemos as responsabilidades institucionais envolvidas neste processo. Porém, aquilo que os munícipes esperam não é a identificação dos problemas, mas sim a apresentação de soluções. ----------

Por isso, questionamos o executivo sobre as diligências concretas que têm sido desenvolvidas nos últimos meses para desbloquear este processo e permitir a abertura da Pedralva ao público. Que contactos foram efetuados? Já houve alguma reunião com

os responsáveis da concessão? E qual é, realisticamente, a perspetiva para a sua reabertura? ----------

Senhor Presidente,

Governar é, acima de tudo, cuidar do território, planear o futuro e resolver problemas. É isso que os munícipes esperam e é isso que esta Assembleia tem o dever de exigir.

O Partido Socialista continuará a exercer uma oposição responsável, construtiva e exigente, sempre em defesa dos interesses dos munícipes do concelho da Nazaré. Muito obrigada. Nazaré, 26 de junho de 2026, Os Deputados eleitos pelo Partido Socialista na Assembleia Municipal da Nazaré". ----------

– O Senhor Deputado Geraldo Viola (CDU): ----------

a) Declaração política;

" Muito boa noite. Desejamos a todos uma boa sessão de trabalho. ----------

A nossa primeira palavra é de solidariedade para com o povo da República Bolivariana da Venezuela, confrontados com uma enorme catástrofe, decorrente de um violento terramoto ocorrido no passado dia 24. Desta forma, a CDU quer que aqui fique registada, tal como temos feito em relação a outros povos e países que sofrem das mais variadas formas, a nossa mais profunda solidariedade internacionalista, ainda para mais em relação a um país onde a comunidade portuguesa na diáspora é tão relevante.-------

Depois desta breve nota de solidariedade, queremos colocar em evidência, e também tendo em conta o teor de alguns pontos da ordem trabalhos desta sessão, uma preocupação de sempre para o PCP e para a CDU – a carência habitacional no concelho da Nazaré. ----------

Como é sabido, a habitação é um direito, ao abrigo da Constituição da República Portuguesa, aprovada a 2 de abril de 1976 - essa constituição que alguns membros do executivo municipal já verbalizaram alguma ansiedade e desejo para que seja revista, a propósito da ocupação do espaço público por informação e propaganda política, considerando-a como "poluição visual", mas que implementam estádios de praia de dimensões cada vez mais absurdas, sendo que isto já não é poluição visual, mesmo que viole objetivamente uma das paisagens mais icónicas do país... mas voltaremos oportunamente a este tema! ----------

A privação de habitação condigna é um dos maiores flagelos que uma grande parte da população do país atravessa, uma realidade que se sente com um fortíssimo impacto no concelho da Nazaré; segundo a Carta Municipal da Habitação, 40% do parque habitacional é de segunda habitação e, por definição, não se destina a ocupação permanente. Sendo que há demasiadas casas sem gente e demasiada gente sem casa neste concelho e, ainda assim, se acha normal abrir caminho para uma ainda maior proliferação desta inaceitável situação. E se dúvidas houvesse, é isto que o executivo municipal está interessado, vocacionado e obrigado a fazer. Há faturas que não podem ficar por pagar. ----------

Disso é também o exemplo reiterado de terem voltado à prática de anos adotada pelo PS, da normalização do recebimento em numerário como contrapartida da não cedência de

parcelas dos projetos urbanísticos destinados a espaços verdes, espaços de utilização coletiva ou para habitação pública, a rendas acessíveis ou para habitação a custos controlados. ----------

Para este executivo, como aconteceu durante anos com o PS, apenas travado pela CDU no anterior mandato, e daí tanta mobilização dos poderosos para travar a evolução eleitoral e a influência política da CDU neste concelho, o crescimento de espaços verdes, a harmonia na construção, o equilíbrio urbanístico ou a reserva de parcelas para acomodar uma necessidade gritante no concelho – a falta de habitação – não querem dizer rigorosamente nada. O que é preciso é "mãos livres" e maximizar a capacidade de construção para que os mesmo de sempre continuem a acumular indefinidamente. Vamos voltar ao que era esperado, tendo em conta os interesses instalados e os atores em presença: agravamento da crise habitacional, crescimento exponencial do AL em zonas já de si pressionadas, e promoção turística desenfreada, acentuando as principais desigualdades identificadas neste concelho ao longo dos anos e promovendo a concentração cada vez maior da riqueza – este é o seu principal desígnio! ----------

Não é por acaso que quando se votam estas matérias no executivo, as reuniões ficam desertas! A CDU nunca teve dúvida de que lado deveria estar. Daí o nosso combate incessante contra estas políticas que desgraçam a vida de milhares de famílias! Nazaré, 26 de junho de 2026, O Grupo Municipal da CDU na Assembleia Municipal da Nazaré".

b) *"Moção de Regozijo pela rejeição do Pacote Laboral apresentado pelo Governo Nacional do PSD/CDS – Senhora Deputada Mara Neves*

" O passado dia 18 de junho, com o chumbo da Proposta de Alteração à lei laboral, é uma data que só pode ser encarada como uma enorme vitória dos trabalhadores

portugueses, do movimento sindical de classe, de todas as pessoas e estruturas que nunca vacilaram desde a primeira hora em que este Pacote Laboral foi apresentado, há quase um ano a esta parte. ----------

É uma retumbante vitória dos que sempre contestaram nas ruas, nas instituições democráticas, nas múltiplas conversas realizadas, nos plenários, nas reuniões, nas Greves Gerais ou setoriais, uma proposta de Lei Laboral que ninguém pediu, que não constava de nenhum programa eleitoral e que pretendia fazer regressar as relações laborais às práticas instituídas no século XIX. ----------

Quiseram embrulhar com palavras modernas – competitividade, produtividade, flexibilidade, modernização – algo que não pode ser mais antiquado e bafiento, tentando passar por cima de décadas e décadas de luta dos trabalhadores para que houvesse um tratamento mais favorável à parte mais fragilizada das relações de trabalho – os trabalhadores, assim mesmo, tal como a Constituição da República Portuguesa consagra. ----------

Se caso fosse aprovada a proposta em causa, eram os trabalhadores deste concelho, alguns deles presentes nesta sala, que iriam sofrer as consequências, dado que se tratava de um processo que iria representar um enorme retrocesso para a sua vida e para a vida dos seus familiares. ----------

Pretendia-se pagar menos por mais trabalho; tinham (e têm) o objetivo, agora travado, mas que ninguém se engane, eles vão voltar ao tema, de "aumentar e generalizar a precariedade, alargar os contratos a termo incerto, facilitar a externalização de serviços após os despedimentos coletivos, legalizar os despedimentos por justa causa, alargar

horários de trabalho com a introdução do banco de horas individual – isto significa trabalhar sem receber -, atacar o direito à greve e à contratação coletiva, limitar os direitos sindicais, designadamente a limitação da ação dos sindicatos nos locais de trabalho, reduzir os direitos nos períodos de amamentação e revogar o luto gestacional... isto por entre muitos outros ataques a quem vive do seu trabalho; ----------

O Governo do PSD/CDS subestimou os trabalhadores, as suas estruturas representativas e as suas formas de luta. Apesar de alguns cataventos, que foram mudando de opinião à medida que o vento virava, das suas piruetas, saltos mortais e cambalhotas, foram os que nunca vacilaram que efetivamente derrotaram o Governo e os seu Pacote Laboral. -----

Assim, a Assembleia Municipal da Nazaré, reunida ordinariamente a 26.06.2026, entende, pelas razões acima elencadas, ser fundamental: ----------

1- Valorizar esta enorme vitória dos Trabalhadores e das suas estruturas representativas; ----------

2- Agradecer a todos quantos construíram, com toda a sua determinação, responsabilidade, capacidade de trabalho e sentido de defesa dos interesses gerais dos trabalhadores portugueses, as condições objetivas para que estas alterações à Lei Laboral não passassem, nem nas ruas, nem na Assembleia da República; ----------

3- Mostrar todo o nosso regozijo pela rejeição deste Pacote Laboral. ----------

Se aprovada, esta Moção deverá ser enviada ao Governo Nacional e respetiva tutela, ao Executivo Municipal da Nazaré e aos órgãos de comunicação social locais, regionais e

Nacionais. Nazaré, 26 de junho de 2026, O Grupo Municipal da CDU na Assembleia Municipal da Nazaré". ----------

– Aprovada por maioria com 11 votos a favor; 11 abstenções e 2 votos contra (CHEGA)

- Declaração de voto do Partido Chega:

" Declaração de voto contra sobre a moção do PCP- Pacote Laboral

Senhor Presidente,

Exs. Senhores

Esta moção do Partido Comunista é um exercício claro de oportunismo político.

O PCP vem agora tentar apresentar-se como protagonista de um chumbo para o qual não teve, nem tem, a relevância que pretende fazer crer. Isto não é sentido de oportunidade; é oportunismo. ----------

O CHEGA já marcou a sua posição na Assembleia da República. Fê-lo de forma clara, frontal e sem precisar de boleias políticas de ninguém. ----------

O que hoje aqui se discute não é apenas o pacote laboral. O que hoje aqui se denuncia é a tentativa do Partido Comunista de se apropriar politicamente de uma decisão que resulta de uma maioria parlamentar e de uma realidade política que o PCP já não controla. ----------

Os comunistas tentam transformar este tema numa bandeira de sobrevivência política. Mas os trabalhadores portugueses não precisam de propaganda ideológica. Precisam de respostas sérias, de justiça, de salários dignos, de reformas justas e de respeito por quem trabalhou e descontou uma vida inteira. ----------

A redução da idade da reforma para quem trabalhou uma vida inteira não é um capricho. É uma questão de dignidade e de justiça social. ----------

O CHEGA não se vende, não se esconde e não precisa das velhas receitas marxistas-leninistas para defender os trabalhadores.

O nosso voto é contra o oportunismo do PCP. É contra a tentativa de instrumentalizar os trabalhadores para fins partidários. E é a favor de uma política laboral séria, justa e verdadeiramente ao serviço do povo português. Muito obrigado". ----------

– ***O Senhor Deputado Cláudio Peça:*** *Moção – "Pela conclusão imediata do Pavilhão Desportivo de Famalicão".* ----------

"Pela conclusão imediata do pavilhão desportivo de Famalicão

A CDU, vem, mais uma vez, colocar à votação desta Assembleia uma Moção que, se aprovada, deverá instar, novamente, o executivo municipal a terminar rapidamente a obra do Pavilhão desportivo de Famalicão. ----------

Não é compreensível que esta freguesia continue privada de ter uma oferta a este nível. Durante vários anos, especialmente nos últimos 4, a CDU exigiu a rápida conclusão

desta infraestrutura essencial para a freguesia, garantindo o acesso a todos à prática desportiva. ----------

Este modelo desigual de desenvolvimento, não garante a equidade de tratamento e a igualdade de acesso a direitos fundamentais que todos os cidadãos devem ver garantidos.

Bem sabemos que a obra não se conclui no espaço temporal que se compreende entre duas Assembleias Municipais. Ainda assim, pela importância política e simbólica que tem, e mesmo que alguns não percebam que silenciar esta questão, neste órgão, é a forma mais célere para que a mesma caia novamente no esquecimento, como caiu durante décadas, a CDU continuará, tal como aconteceu em relação ao Centro de Saúde da Nazaré, a apresentar em todas as Assembleias Municipais ordinárias uma Moção com este teor até o Pavilhão estar concluído e ao dispor da população. ----------

Se aprovada, esta Moção deverá ser envaida às Juntas de Freguesia, às Assembleias de Freguesia, ao Executivo Municipal e à comunicação social local e regional para conhecimento da população sobre o teor da mesma. Nazaré, 26 de junho de 2026, O Grupo Municipal da CDU na Assembleia Municipal da Nazaré". ----------

– Aprovada por maioria com 12 votos a favor e 12 abstenções. ----------

- Proposta – "Pela requalificação integral da Pedralva e pela (re)municipalização imediata da parte que foi privatizada " ----------

"A CDU, ao longo das últimas décadas, tem vindo a intervir constantemente para que o único parque verde público situado no coração da freguesia da Nazaré seja dignificado,

valorizado e tenha um vasto programa de dinamização que o torne vivo e integralmente ao serviço de toda a população, seja residente, seja quem nos visita. ----------

Esse não tem sido o entendimento dos executivos que têm feito a alternância política no concelho da Nazaré. O investimento foi sempre insuficiente e, pior que isso, como é sabido, a parte superior daquele parque público foi privatizada pelas mãos do PS de Walter Chicharro num processo que deve envergonhar todos os seus intervenientes. ----

Hoje, e não obstante os efeitos da tempestade Kristin, o parque da Pedralva está praticamente abandonado, sem projeto e de difícil perceção quanto ao seu futuro. O que a prática nos tem comprovado, é que se deixa degradar o que é público para justificar a passagem do património público para mãos privadas. A parte superior foi privatizada. Será que já se prepara a privatização daquilo que resta? ----------

Assim, a CDU propõe que a Assembleia Municipal da Nazaré, reunida ordinariamente a 26.06.2026, inste o executivo municipal a avançar no imediato para: ----------

1- A reversão da privatização da parte superior do parque da Pedralva, garantindo o compromisso que todo o parque será público e para usufruto coletivo; ----------

2- Uma sessão pública onde apresente um compromisso com um projeto de investimento no curto prazo, de revitalização, dignificação e valorização integral daquele parque, com programa próprio que o torne num parque vivo e dinâmico, e que se constitua como um contributo fundamental, multidisciplinar, para as atuais e futuras gerações. Se aprovada, esta proposta deverá ser enviada, para conhecimento, às juntas de freguesia do concelho

da Nazaré, bem como à comunicação social local e regional. Nazaré, 26 de junho de 2026, O Grupo Municipal da CDU na Assembleia Municipal da Nazaré". ----------

- Aprovada por maioria com 12 votos a favor; 10 abstenções e 2 votos contra (CHEGA).

*– **O Senhor Deputado Rogério Serrador** – Declaração Política:*

" Senhor Presidente da Assembleia Municipal,

Senhor Presidente da Câmara Municipal,

Senhoras e Senhores Vereadores,

Senhoras e Senhores Deputados Municipais,

Senhoras e Senhores Presidentes de Junta,

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

A intervenção da nossa bancada pretende contribuir para um acompanhamento construtivo da atividade municipal, reconhecendo o trabalho que tem vindo a ser desenvolvido, mas procurando igualmente obter esclarecimentos sobre um conjunto de matérias que consideramos relevantes para o concelho e para os nossos munícipes.

Antes de entrarmos nas questões que hoje aqui trazemos, gostaríamos de começar por reconhecer algumas intervenções que consideramos positivas e que importa assinalar.

Destacamos, em particular, as melhorias efetuadas junto ao Centro Escolar de Valado dos Frades, permitindo retirar o tráfego pesado associado à empresa Transportes do Valado das zonas habitacionais envolventes, melhorando significativamente a segurança e a qualidade de vida dos residentes.

Destacamos igualmente as melhorias realizadas na estrada de acesso à Serra da Pescaria, uma intervenção há muito aguardada pela população.

Por último, registamos a rapidez com que foi iniciada a recuperação da iluminação da marginal da Nazaré, uma intervenção importante para residentes e visitantes. Feito este reconhecimento, gostaríamos de colocar ao Executivo um conjunto de questões sobre matérias que consideramos relevantes para o concelho.

1. Descarga na zona sul da Praia da Nazaré / Porto de Abrigo

Começaria por abordar a situação recentemente verificada na zona sul da Praia da Nazaré, junto ao Porto de Abrigo, que naturalmente suscitou preocupação junto da população.

Gostaríamos de perceber:

- *O que aconteceu, em concreto?*

- *Quais foram as causas efetivas da ocorrência?*

- *Que medidas foram ou estão a ser adotadas para a sua regularização?*

• *Existe alguma relação entre esta situação e as intervenções recentemente efetuadas na zona norte da Praia da Nazaré?* • *Que garantias técnicas existem de que situações semelhantes não voltarão a ocorrer, designadamente na frente norte da praia?*

Pensamos que será importante tranquilizar a população relativamente a esta matéria.

2. Acesso à rotunda de Famalicão, depois do cruzamento da Ponte da Barca
Relativamente ao acesso à rotunda de Famalicão, gostaríamos igualmente de conhecer o ponto de situação.

Em concreto:

• *Que diligências já foram desenvolvidas?*

• *Qual é a solução técnica que está prevista?*

• *Qual o custo estimado da intervenção?*

• *Dispõe o Município dos meios financeiros e operacionais necessários para executar uma obra com esta dimensão ou será necessário recorrer a outras entidades?*

3. Rua Arlindo Varela - Valado dos Frades

Na última Assembleia Municipal foi referido que a intervenção na Rua Arlindo

Varela, junto ao Parque de Merendas de Valado dos Frades, teria início em breve.

Gostaríamos de saber:

• *Qual é o ponto de situação da empreitada?*

O que continua pendente?

• *Quando está previsto o efetivo início dos trabalhos?*

4. Estrada de acesso aos Raposos - Famalicão

Também relativamente ao acesso aos Raposos importa conhecer:

• *Em que fase se encontra o processo?*

• *Quais os prazos atualmente previstos para a intervenção?*

• *Atendendo à proximidade das festas da localidade, encontra-se prevista alguma solução alternativa que permita melhorar as condições de circulação durante esse período?*

5. Ascensor Nazaré Pederneira

Gostaríamos igualmente de obter um ponto de situação relativamente à requalificação do Ascensor Nazaré Pederneira.

Em concreto, gostaríamos de saber:

• *Mantém-se a previsão de que a obra possa ser inaugurada antes do final do próximo mês de agosto, conforme anteriormente anunciado?*

• *Quando este projeto foi concebido e lançado, pressupomos que tenha sido sustentado por um plano de negócio que permitisse avaliar a sua viabilidade económica e financeira. Esse plano de negócio foi entretanto atualizado, tendo em conta a evolução dos custos de construção, de exploração e do contexto económico?*

• *Caso exista essa atualização, quais são as previsões atualmente existentes relativamente aos custos anuais de exploração, às receitas expectáveis e ao impacto financeiro da operação para o Município? Entendemos que esta infraestrutura constitui um serviço público e, como tal, não tem necessariamente de gerar lucro. Contudo, consideramos importante conhecer as projeções existentes, de forma a perceber qual o esforço financeiro previsível para o Município na sua exploração.*

• *Numa Assembleia Municipal realizada há pouco mais de seis meses, foi aprovado o Regulamento do Interface Rodoviário, já depois de aquela infraestrutura se encontrar inaugurada e em funcionamento. Na altura, tivemos oportunidade de salientar que seria desejável que essa situação não se repetisse relativamente ao Ascensor Nazaré Pederneira, defendendo que o respetivo regulamento estivesse aprovado antes da entrada em funcionamento desta infraestrutura. Gostaríamos, por isso, de saber em que ponto se encontra a elaboração desse regulamento e se o Executivo prevê que o mesmo esteja aprovado antes da inauguração e entrada em funcionamento do ascensor.*

5. Estacionamento para a época balnear

Sabendo que nos aproximamos rapidamente do período de maior procura turística do concelho, gostaríamos igualmente de perceber qual é a estratégia definida para o estacionamento.

Em concreto:

- *Que bolsas de estacionamento estarão disponíveis durante a época balnear?*

- *Existem novos espaços previstos?*

- *Como irão funcionar?*

- *Está prevista alguma alteração aos circuitos de estacionamento ou aos sistemas de transporte de apoio?*

- *Considera o Executivo que as soluções previstas serão suficientes para responder ao aumento significativo da procura durante os meses de verão?*

Pensamos que esta informação será importante para transmitir confiança aos residentes, aos operadores económicos e a todos aqueles que visitam o nosso concelho.

7. Recuperação dos danos provocados pela Tempestade Kristin

Gostaríamos igualmente de obter um ponto de situação relativamente ao processo de recuperação dos danos provocados pela Tempestade Kristin.

Em particular, seria importante conhecer:

Qual o estado de execução das intervenções já realizadas e das que ainda se encontram pendentes.

Qual o ponto de situação das candidaturas apresentadas aos apoios do Governo e aos diversos programas de financiamento disponíveis.

Que montantes já foram aprovados ou transferidos para o Município.

Qual o calendário previsto para a conclusão das principais intervenções de recuperação.

Trata-se de um tema particularmente sensível para o concelho, atendendo aos significativos prejuízos provocados pela tempestade e à necessidade de devolver rapidamente as melhores condições de segurança e utilização dos espaços públicos.

8. Preparação da época balnear

Gostaríamos igualmente de conhecer o ponto de situação da preparação da época balnear, procurando perceber se toda a operação se encontra devidamente planeada.

Nesse sentido, perguntamos:

• Encontram-se asseguradas todas as condições para o normal funcionamento das praias do concelho?

• Está garantida a instalação dos apoios de praia, sanitários, postos de primeiros socorros e restantes equipamentos?

• *Está devidamente assegurado o dispositivo de nadadores-salvadores, bem como os meios de apoio e segurança?*

• *Encontra-se igualmente garantida a organização da limpeza das praias, recolha de resíduos e demais serviços associados?*

Sabemos que a época balnear representa um dos momentos mais importantes para a economia local, pelo que importa garantir que tudo decorra com a maior normalidade.

9. Execução dos projetos financiados por fundos comunitários

Por último, gostaríamos de solicitar um ponto de situação relativamente aos principais projetos financiados por fundos comunitários que se encontram atualmente em execução.

Nomeadamente:

• *Interface de Transportes Públicos.*

• *Bairros Comerciais Digitais.*

• *Funicular da Pederneira.*

• *Unidade de Saúde de Famalicão.*

• *Projetos enquadrados no MAR 2030.*

• *Transformação Digital da Administração Pública e restantes candidaturas em curso.*

Gostaríamos de perceber:

• Qual a taxa de execução física e financeira destes projetos.

• Se os respetivos cronogramas estão a ser cumpridos.

• Se existem constrangimentos que possam colocar em causa a elegibilidade das despesas ou a manutenção dos financiamentos.

• Quais são as prioridades definidas pelo Executivo para garantir a boa execução destes investimentos.

Consideramos que este acompanhamento é particularmente importante, tendo em conta o impacto que estes financiamentos representam para o desenvolvimento do concelho e a necessidade de assegurar que nenhuma oportunidade de investimento seja perdida.

Terminamos reiterando que estas questões são colocadas num espírito de colaboração institucional e de acompanhamento responsável da atividade municipal.

Reconhecemos o trabalho que tem vindo a ser desenvolvido pelo Executivo e os desafios que diariamente enfrenta na gestão do concelho. Entendemos, contudo, que é através do esclarecimento, da transparência e do diálogo institucional que se reforça a confiança dos munícipes nas instituições e se contribui para uma gestão cada vez mais eficaz e participada.

É precisamente nesse espírito construtivo que deixamos estas questões, certos de que o seu esclarecimento permitirá reforçar a confiança de todos no trabalho que está a ser desenvolvido em prol da Nazaré. Müito obrigado". ----------

– O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Famalicão, Pedro Marques, após cumprimentar todos os presentes, informou que iria dividir a sua intervenção em duas partes:

Primeira parte: ----------

Referiu que a Junta de Freguesia de Famalicão tem procurado olhar para o futuro da freguesia numa perspetiva de curto, médio e longo prazo, considerando que a revisão do Plano Diretor Municipal representa uma oportunidade para criar condições para o desenvolvimento urbanístico, habitacional e empresarial da freguesia. ----------

- Sublinhou, contudo, que esse desenvolvimento não pode ocorrer apenas através da expansão urbana, devendo igualmente passar pela recuperação do património edificado existente. Nesse sentido, informou que a Junta de Freguesia promoveu um levantamento preliminar de mais de setenta edificações aparentemente devolutas ou degradadas, tendo remetido essa informação ao Município e solicitado a realização das competentes vistorias técnicas, a elaboração de um relatório sobre essa realidade e a definição de uma estratégia municipal para a respetiva recuperação. ----------

- Recordou, ainda, que a Área de Reabilitação Urbana de Famalicão, apesar de ter sido objeto de atualização em dois mil e vinte e dois, continua sem produzir os efeitos pretendidos, por falta de aprovação da respetiva Operação de Reabilitação Urbana,

situação que impede os proprietários de beneficiarem plenamente dos instrumentos de incentivo à reabilitação do edificado. ----------

- Considerou que, para combater a degradação urbana, aumentar a oferta habitacional e valorizar o território, é necessário criar condições para que os proprietários procedam à reabilitação dos seus imóveis. Acrescentou que, quando tal não aconteça, deverão existir mecanismos que promovam a responsabilização dos proprietários pelo estado de conservação dos respetivos edifícios. ----------

- Apelou ao Senhor Presidente da Câmara, para que esta matéria seja assumida como uma prioridade municipal, defendendo que a revisão do PDM, a concretização da ARU e a definição de uma estratégia de intervenção sobre o edificado devoluto devem avançar de forma articulada, contribuindo, assim, para transformar esta realidade e reforçar a qualidade de vida das populações. ----------

Segunda parte: ----------

- Em resposta às intervenções dos eleitos do Chega, manifestou surpresa pelo facto de, tendo integrado aquele órgão durante quatro anos, nunca se ter falado tanto da Freguesia de Famalicão como atualmente, considerando tal facto um bom sinal e agradecendo os elogios, por entender que são demonstrativos do trabalho que tem vindo a ser desenvolvido. ----------

- Referiu, que não considera adequada a comparação entre a Freguesia de Valado dos Frades e a Freguesia de Famalicão sem uma análise das diferentes realidades e

necessidades existentes, nomeadamente ao nível das infraestruturas desportivas, do centro escolar, do saneamento básico e de outras infraestruturas. ----------

- Relativamente à Estrada dos Raposos, salientou tratar-se da única via do concelho da Nazaré que permanece encerrada desde o dia vinte e oito de janeiro, entendendo, por isso, que a mesma merece uma intervenção com a maior brevidade possível. ----------

- Quanto à estrada da Serra, referiu que qualquer pessoa pode verificar, nomeadamente através das fotografias divulgadas no âmbito do Dia das Freguesias, o estado em que a mesma se encontrava, que classificou como calamitoso, bem como os riscos existentes para a segurança rodoviária e para as pessoas que ali circulavam. ----------

- Relativamente à reestruturação da rede pluvial da Freguesia de Valado dos Frades, reconheceu que se trata de uma intervenção importante para aquela freguesia, referindo, contudo, que poderiam igualmente ser consideradas outras necessidades, designadamente a inexistência de rede de saneamento básico em algumas zonas da Freguesia de Famalicão, situação que considera de maior relevância e gravidade. ------

- Referiu que, ao longo dos últimos anos, foram realizadas intervenções de requalificação nos pavimentos dos pavilhões da Nazaré e de Valado dos Frades, questionando quais as condições que existiam, à época, no pavilhão de Famalicão. Manifestou, assim, discordância relativamente às prioridades referidas pelos eleitos do Chega, considerando que a criação de rede de saneamento básico nas zonas da Freguesia de Famalicão ainda não servidas deveria constituir uma preocupação relevante. ----------

- Dirigindo-se ao Senhor Deputado Paulo Susano, afirmou, de forma irónica, que, se soubesse que este iria intervir, teria levado um dicionário de bolso, de forma a evitar que fossem novamente confundidas as suas expressões. Referiu que já tinha realizado um vídeo sobre o assunto e que poderia, inclusive, fazer um desenho, para melhor explicar a situação relativa à estrada dos Raposos. ----------

- Esclareceu, que é falso que tenha garantido, em Assembleia de Freguesia ou em reunião do Executivo, que a estrada dos Raposos estaria aberta antes das Festas dos Raposos. Explicou que, no contacto estabelecido com a Câmara Municipal, nomeadamente através do Chefe da Divisão de Obras Municipais e Ambiente, solicitou apenas uma atenção especial para que a intervenção pudesse estar concluída, ou fosse possível encontrar uma solução de passagem, até à realização das referidas festas, atendendo à importância que estas têm para a localidade. ----------

- Referiu que foi informado, de que o início da intervenção estava previsto para o início do mês de julho, sendo praticamente impossível que a obra estivesse concluída até às Festas dos Raposos, realizadas, salvo erro, no terceiro fim de semana daquele mês. Acrescentou que esperava, caso tecnicamente fosse possível, que pudesse ser encontrada uma solução provisória que permitisse a circulação e o acesso à localidade dos Raposos, ainda que a estrada não estivesse pavimentada. ----------

- Relativamente à estrada da Serra, esclareceu que a Junta de Freguesia enviou um ofício à Câmara Municipal, na sequência de uma visita efetuada ao local, documentos que referiu serem públicos e poderem ser consultados no sítio eletrónico da Junta de Freguesia, tendo sido inicialmente feita uma estimativa de custos de cerca de cinco mil euros. ----------

- Reconheceu que, face ao estado em que a estrada se encontrava e à necessidade de uma intervenção mais abrangente, o valor acabou por ascender a cerca do triplo. Informou que, até ao momento, ainda não foi possível concluir o objetivo inicialmente definido, que consistia em levar a intervenção até ao Centro Cultural e Recreativo da Serra da Pescaria. ----------

- Referiu, contudo, que a Junta de Freguesia, indiretamente através da Câmara Municipal e no âmbito do contrato interadministrativo de delegação de competências na conservação e manutenção de caminhos, arruamentos e pavimentos, irá realizar a intervenção necessária e integrar o respetivo custo naquele contrato, de forma a concluir a obra. Considerou importante concluir os trabalhos enquanto os meios já se encontram no local, evitando que a zona intervencionada se degrade durante o período de inverno.

- Quanto aos fontanários, esclareceu que não responsabilizou o Senhor Presidente da Câmara, mas sim a Câmara Municipal, reiterando que a documentação sobre o assunto é pública. Referiu que, não sendo a intervenção nos fontanários uma competência da Junta de Freguesia, não considera adequado afetar os recursos desta a intervenções que não se encontram abrangidas pelas suas competências. ----------

- Acrescentou, que se encontra em curso uma negociação com o Executivo Municipal com vista à revisão estrutural do contrato interadministrativo, de forma a ultrapassar, a partir do próximo ano, a diferença existente relativamente às competências das três Juntas de Freguesia, considerando que Famalicão será, provavelmente, a freguesia com maior número de fontanários. ----------

- Referiu que, de acordo com a indicação transmitida pelo Executivo Municipal, a partir do próximo ano a gestão desta matéria passará a constituir uma competência da Junta de Freguesia, acompanhada da transferência dos respetivos recursos e meios. ----------

- Por fim, referiu que, no caso da intervenção na estrada da Serra, a estimativa inicial de custos não sofreu um aumento superior, agradecendo aos Bombeiros Voluntários da Nazaré, que sempre que foram solicitados se deslocaram ao local. ----------

*– **O Senhor Presidente da Câmara** cumprimentou todos os presentes, e expressou palavras de solidariedade para com o povo venezuelano e, em particular, para com os cidadãos portugueses afetados pela recente catástrofe. Referiu que este tipo de fenómenos naturais extremos tem vindo, infelizmente, a tornar-se cada vez mais frequente.* ----------

- Acrescentou que também Portugal, e em particular a Nazaré, foi recentemente afetado pela tempestade "Kristin", a qual, embora não tenha atingido a mesma intensidade da catástrofe ocorrida na Venezuela, provocou igualmente impactos significativos, e propôs que se fizesse um minuto de silêncio. ----------

Aprovado por unanimidade.

- Prosseguiu o Senhor Presidente da Câmara: ----------

"Boa noite, caro presidente, elementos da mesa e deputados municipais, senhores vereadores, técnicos do Município e público que está aqui presente e a quem nos segue lá em casa. ----------

Inicio esta minha intervenção por assinalar a forma tranquila como decorreu o início da época balnear e informar que, no próximo domingo de manhã, vamos proceder à Cerimónia Oficial do Hastear da Bandeira Azul da Praia da Nazaré. Temos consciência de que esta época balnear é particularmente desafiante, em função dos acontecimentos verificados no ano passado e estamos preocupados com uma eventual quebra de procura ao nível do turismo. Queremos tranquilizar a comunidade e, sobretudo, quem nos escolhe para passar a época estival, garantindo que estão reunidas as condições para termos uma época balnear sem sobressaltos. Os nazarenos são gente de fibra, que não se vergam perante as contrariedades e, por isso, vamos ser capazes de ultrapassar mais esta adversidade e recuperar a confiança dos nossos visitantes e turistas. A Nazaré é única, todos os dias. É essa a mensagem que estamos a querer passar. ----------

Aproveito esta oportunidade para destacar um resultado, que considero muito positivo, alcançado pelo Município no âmbito da reprogramação do Centro 2030 e da revisão da ITI da Comunidade Intermunicipal do Oeste. Graças à medida extraordinária de flexibilidade criada pela Autoridade de Gestão, a Nazaré foi um dos cinco municípios do Oeste a conseguir enquadrar projetos que não faziam parte da contratualização inicial, permitindo candidatar investimentos já em execução a financiamento comunitário adicional. ----------

No nosso caso, foram reconhecidas, numa lógica de "overbooking", duas intervenções dos Serviços Municipalizados: a reabilitação das redes de abastecimento de água e águas residuais da zona norte da vila e a estação elevatória da Paliteira, que representam um investimento de cerca de 339 mil euros e um financiamento indicativo de quase 144 mil euros. ----------

Devo sublinhar que apenas cinco municípios da CIM Oeste conseguiram integrar projetos nesta medida extraordinária, o que demonstra a capacidade do Município da Nazaré em identificar oportunidades de financiamento e em apresentar operações já em execução, prontas para cumprir os critérios exigidos pela Autoridade de Gestão. --------

Este é mais um exemplo de que estamos atentos a todas as oportunidades para captar fundos comunitários e aliviar o esforço financeiro do Município e dos Serviços Municipalizados, aproveitando todos os instrumentos disponibilizados pelo Portugal 2030. E temos muito trabalho pela frente. ----------

Dentro desta temática, partilho uma preocupação transmitida pelo Senhor Presidente da CCDR Centro na sequência de uma reunião com a Comissão Europeia. Foi deixado um alerta muito claro: caso persistam atrasos na execução dos projetos financiados pelo Portugal 2030, os municípios poderão vir a enfrentar restrições no acesso a fundos comunitários, não apenas no atual quadro comunitário, mas também no próximo período de programação (2028-2034). Perante este cenário, foi feito um forte apelo para que os municípios deem prioridade absoluta à execução física e financeira dos projetos, à apresentação de pedidos de pagamento e ao cumprimento dos prazos contratualizados. É precisamente esse compromisso que o Município continuará a assumir, por forma a salvaguardar o acesso aos fundos europeus e a concretização dos investimentos estratégicos para o concelho. ----------

Ao nível da atividade municipal, gostaria de informar este órgão de que estamos a ultimar o auto de entrega e assinatura do contrato de comodato da Antiga Casa da Câmara, aguardando que o Tribunal da Nazaré possa abrir na Pederneira em meados

de setembro. É uma questão que nos preocupou desde que tomámos posse, devido ao atraso na concretização da medida. ----------

Informo também que recebemos a confirmação da visita, no próximo dia 7 de julho, da Senhora Ministra da Cultura ao concelho. Estamos a fechar o programa, sendo que vamos querer incidir esta visita no Museu Dr. Joaquim Manso, que queremos reabrir a 8 de setembro, e noutros pontos de manifesto interesse no Sítio. Estamos a aguardar que o pedido de reforço do Fundo de Financiamento da Descentralização que fizemos à Museus e Monumentos seja alvo dos respetivos despachos, para que se criem todas as condições para que o Município possa proceder à assinatura do Auto de Transferência. Reitero a nossa vontade de, no dia 8 de setembro, reabrirmos o equipamento, por forma a assinalar devidamente os 50 anos do Museu, com a reabertura ao público. ----------

Tal como consta da informação escrita, formalizámos a candidatura à ampliação e requalificação da Escola Básica e Secundária Amadeu Gaudêncio, outro dos assuntos prioritários desde o início do mandato. Estamos a falar de um investimento de 4,6 milhões de euros. Tenho afirmado que este não era o projeto que queria apresentar, mas o projeto possível. Esperamos concretizar esta obra e vamos dar passos firmes numa solução mais estrutural no domínio da educação. ----------

Gostaria ainda de dar os parabéns às 3 empresas Gazela do concelho, recentemente distinguidas pela CCDR, sendo que apenas 2 deram a respetiva autorização de divulgação. No caso concreto, valorizar o trabalho desenvolvido pela Marco & Dário, Lda e pela Ocean Home, Lda. No conjunto do concelho, estamos a falar de 3 empresas, com 66 funcionários e um volume de negócios de 6,8 milhões de euros em 2025, que devem orgulhar o concelho. ----------

Uma palavra de reconhecimento ao feito do grupo desportivo os nazarenos e a associação recreativa Pederneirense pela subida aos campeonatos nacionais". ----------

- De seguida o Senhor Presidente da Câmara, prestou os esclarecimentos solicitados relativamente à questão do esgoto e ao problema ocorrido, há poucas semanas, na zona sul da Nazaré, bem como à eventual ligação que alguns procuraram estabelecer com a situação verificada, no ano anterior, na zona norte da vila. ----------

- Esclareceu que se trata de situações completamente distintas, não existindo qualquer relação entre ambas. Informou que, na zona norte, a empreitada se encontra concluída e que as caixas de retenção já estão em funcionamento. Estas permitirão efetuar um bloqueio temporário, apenas em situações de anomalia naquela zona, encaminhando os esgotos para o percurso normal, em direção à ETAR, através da Avenida Marginal. Referiu que esta intervenção proporcionará maior tranquilidade e permitirá evitar novas descargas para o mar, como aconteceu no ano passado, garantindo, tanto quanto possível, que essa situação não se volte a verificar. ----------

- Relativamente ao ocorrido na zona sul, esclareceu que se trata de uma realidade completamente diferente. Explicou que, na zona do Porto de Abrigo, converge o encaminhamento dos esgotos provenientes da zona norte e, na prática, de quase toda a Nazaré. Referiu que existe, há várias dezenas de anos, uma ligação de emergência destinada a ser utilizada em caso de entupimento das redes de esgotos e de águas pluviais, as quais, em alguns troços, partilham as mesmas infraestruturas, por ainda não existir uma separação integral entre as redes, o que pode provocar sobrecargas no sistema de saneamento. ----------

- Acrescentou que, caso ocorra uma avaria grave na estação elevatória situada junto às bombas de combustível, ou um entupimento na rede de esgotos, existe uma tubagem de emergência que permite efetuar uma descarga para aquela zona. Informou, ainda, que foi reduzida a margem de atuação existente nessa passagem, de modo a possibilitar uma resposta mais célere sempre que se verifique uma subida do nível da água e seja necessário intervir de imediato. ----------

- Que, irão começar a fazer uma monotorização permanente naquela zona, de forma regular, como se faz já na zona norte. Que, a obra estruturante feita na zona norte, não invalida de que não continue a haver problemas de esgotos. Que, quiseram salvaguardar que, em definitivo, não irão ter descargas no mar, naquela zona. ----------

- Acrescentou, que pretendia prestar esclarecimentos sobre a situação das Pontes da Barca, não tendo, contudo, sido possível fazê-lo por falta de tempo. ***Interveio o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Famalicão, Pedro Marques*** *para referir que, aquando da aprovação do Regimento, já havia sido entendido ser importante que fossem prestados esclarecimentos sempre que fossem colocadas questões consideradas relevantes.* ----------

- Interveio o Senhor Presidente da Assembleia *para referir que ia, precisamente, submeter à consideração da Assembleia a possibilidade de ser concedida autorização ao Senhor Presidente da Câmara para prosseguir com a prestação dos esclarecimentos solicitados. Submetida a proposta à apreciação da Assembleia, a mesma foi aprovada por unanimidade.* ----------

- Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara*, para esclarecer que, inicialmente, existiam algumas dúvidas quanto à titularidade daquele troço de estrada, nomeadamente*

se o mesmo pertencia ao Município ou à Infraestruturas de Portugal. Informou que essa situação já se encontra devidamente clarificada, tendo sido confirmado que a referida estrada foi transferida para o Município. ----------

- Explicou que essas dúvidas resultavam do processo de delegação de competências e da transferência de algumas estradas da Infraestruturas de Portugal para o Município, ocorrida em 2017/2018, não sendo, à data, totalmente claro se aquele troço estava abrangido por esse processo. ----------

- Prosseguiu, referindo que a referida estrada corresponde à reposição de um antigo acesso que estabelecia a ligação a Valado dos Frades, deixando de enquadrar-se na EN 242. ----------

- Informou que, no final do ano de 2013, a Infraestruturas de Portugal alertou o executivo municipal para a perigosidade daquele troço e da respetiva encosta. Contudo, referiu que, à data, não foi desencadeada qualquer intervenção. ----------

- Acrescentou, que existem duas questões fundamentais a considerar. Em primeiro lugar, a encosta em causa integra um terreno de propriedade privada. Em segundo lugar, recordou que a expropriação dos terrenos necessários à construção da estrada foi efetuada pela Infraestruturas de Portugal. ----------

- Referiu, ainda, que a intervenção necessária tem um custo estimado entre 1,5 e 2 milhões de euros. Quanto à estratégia a adotar, informou que passa pela reabertura da estrada com a maior brevidade possível, procurando, simultaneamente, envolver a Infraestruturas de Portugal no processo, por entender que a obra foi deficientemente

executada. Que, tem a noção da falta que faz aquele espaço, e que se encontram a trabalhar no assunto diariamente. Que, durante a semana tiveram uma reunião com as IP, onde tiveram a oportunidade de lhes transmitir que acham que terão de assumir quota parte da responsabilidade no que se encontra ali, naquele espaço. ----------

- Relativamente à questão colocada sobre a Rua Arlindo Varela, informou que a empreitada está prevista iniciar-se, de acordo com a informação prestada pelos serviços, entre os dias 6 e 8 de julho. Informou, ainda, que a obra da estrada entre os Raposos e Famalicão está prevista iniciar-se entre os dias 1 e 3 de julho, estimando-se que tenha uma duração de cerca de 15 dias, prevendo-se que a estrada esteja reaberta por ocasião das Festas dos Raposos. ----------

- *PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO*

***- Usou da palavra a Senhora Telma de Jesus Laborinho Ferreira**, que começou por cumprimentar todos, e começou por dizer que:* ----------

"A sua intervenção se prende com o facto de ser cidadã do Concelho da Nazaré e encarregada de educação de uma aluna que frequentou o 5º. Ano de escolaridade na Escola Básica e Secundária Amadeu Gaudêncio, no ano letivo de 2025-2026, e que continuará o seu percurso escolar no mesmo agrupamento. Venho falar não apenas pela minha filha mas por todas as crianças do Concelho que atualmente não têm acesso ao acompanhamento de terapia da fala, de que necessitam e a que têm direito. A minha filha beneficiava deste acompanhamento desde o quarto ano de escolaridade e no caso de outras crianças, desde o pré-escolar. Contudo, no início do quinto ano, aquando da definição e consolidação dos apoios educativos, verificou-se que o acompanhamento de

terapia da fala tinha simplesmente deixado de existir. A resposta do município transmitida pela diretora de turma em comunicação datada de 02 de outubro de 2025 foi a seguinte: ..."informo que o acompanhamento dos alunos seguidos pela terapeuta da fala da Câmara Municipal da Nazaré será encaminhado para a PSIDUCA - Psicólogos e outras especialidades médicas. No entanto este é um serviço que poderá ser pago de acordo com o IRS familiar", caso não aceite, fui informada que, não existe outra alternativa. Não vou perder atempo a qualificar esta resposta municipal. Importa apenas recordar que esta comunicação ocorreu antes das eleições autárquicas e antes da tomada de posse do atual executivo. Não estou aqui para discutir responsabilidades partidárias, estou aqui para discutir responsabilidades institucionais. O facto é que durante o ano letivo de 2025-2026, crianças do Concelho da Nazaré, ficaram sem acesso a terapia da fala através da resposta pública que até então existia. E a solução apresentada às famílias não foi uma alternativa pública, gratuita e universal. A solução apresentada foi o encaminhamento para um serviço externo que poderia implicar custos para as famílias, sendo ainda expressamente referido que não existia qualquer outra alternativa. Creio que esta informação por si só diz muito sobre a gravidade da situação. Entretanto passou tempo mais do que suficiente para que este problema tivesse sido resolvido. O município da Nazaré assumiu competências na área da educação no âmbito do processo de descentralização e quando se assumem competências, assume-se também responsabilidades. Neste momento tanto quanto é do conhecimento das famílias continua a não existir uma resposta pública assegurada pelo município através da contratação de um ou de uma terapeuta da fala que acompanhe as crianças sinalizadas para este apoio. Estamos a falar de crianças que foram identificadas pelos e pelas profissionais competentes como necessitando deste acompanhamento. Estamos a falar de um apoio especializado, que não é um luxo, não é um privilégio e não é uma opção facultativa. É

uma necessidade educativa, reconhecida. A Constituição da República Portuguesa, consagra no artigo 74º, direito à educação, à igualdade de oportunidades no acesso e no sucesso escolar. A convenção sobre os direitos da criança, estabelece que todas as crianças têm direito às condições necessárias ao seu desenvolvimento pleno. Por isso, aquilo que está hoje em causa, não é uma questão administrativa, nem uma divergência política. O que está em causa é o cumprimento de um direito das crianças. E, os direitos das crianças não podem ficar dependentes da disponibilidade financeira das famílias. Não podem ser substituídos por soluções pagas e não podem desaparecer porque uma autarquia não assegura os recursos necessários para lhes dar resposta. Quero por isso deixar muito claro, nesta Assembleia Municipal, que considero, que não considero aceitável que esta situação continue no próximo ano letivo. Espero que o município da Nazaré, assuma um compromisso efetivo e inequívoco de garantir ao agrupamento de escolas da Nazaré, uma resposta de terapia da fala para todas as crianças que dela necessitem. Se, tal não acontecer, enquanto encarregada de educação e cidadã, utilizarei todos os mecanismos ao meu alcance, para denunciar esta situação junto das entidades com responsabilidades de fiscalização, supervisão e defesa do direito à educação e dos direitos das crianças. Porque nenhuma criança deve ser privada de um apoio a que tem direito, porque nenhuma família deve ser colocada perante a escolha entre pagar por esse direito ou simplesmente abdicar dele. E porque os direitos das crianças, não são opcionais, são para cumprir! Muito obrigada". ----------

***- Interveio o Senhor Presidente da Câmara** para responder, agradecendo a intervenção da Senhora Telma Ferreira. Referiu, que o Município teve conhecimento da situação relativa à terapia da fala em novembro, tendo sido informado de que existia uma terapeuta da fala ao serviço do Agrupamento. Esclareceu que a referida profissional teve*

um problema de saúde, tendo permanecido ausente do serviço durante um período considerável, reconhecendo que, perante essa situação, deveria ter sido assegurada a sua substituição. ----------

- Mais informou que, entretanto, foi proposta à referida profissional a celebração de um contrato de trabalho até ao final do ano letivo, prevendo-se a sua renovação em setembro. Acrescentou que o Município fará questão de assegurar, a partir de setembro, a continuidade deste serviço, quer através da celebração de um novo contrato com a mesma profissional, que já se encontrava ao serviço do Município, quer através do recurso a outra solução que se venha a revelar necessária. ----------

• ***ORDEM DO DIA***

1. *INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MESMO*

- Intervenção do Senhor Deputado Fernando Capucha, do PSD: ----------

" Gostaríamos de começar por abordar dois processos de candidatura recentemente submetidos pelo Município, que entendemos revestirem-se de especial importância para o futuro do nosso concelho.

Em primeiro lugar, gostaríamos de solicitar alguns esclarecimentos relativamente à candidatura apresentada na área da Proteção Civil.

Sabemos que se trata de um investimento importante para reforçar a capacidade de resposta do Município perante emergências, mas gostaríamos de perceber melhor qual o objeto concreto da candidatura.

Assim, perguntamos:

- *Qual o objetivo específico desta candidatura?*

- *Que equipamentos se encontram previstos adquirir?*

- *Que necessidades concretas procuram responder?*

- *Qual o investimento global previsto e qual o montante de financiamento comunitário associado?*

Parece-nos importante que a Assembleia Municipal conheça o alcance deste investimento, atendendo à crescente relevância que a Proteção Civil assume num contexto de alterações climáticas e de aumento da frequência de fenómenos extremos.

Relativamente à candidatura para a Ampliação e Requalificação da Escola Básica e Secundária Amadeu Gaudêncio, queremos começar por felicitar o Executivo Municipal pela submissão deste processo.

Trata-se, seguramente, de uma das candidaturas mais estruturantes para o futuro do concelho da Nazaré, correspondendo a uma necessidade há muito reconhecida pela comunidade educativa e por toda a população.

Gostaríamos, contudo, de conhecer um pouco melhor o conteúdo da candidatura.

Nesse sentido, perguntamos:

• *Quais são as principais intervenções previstas no âmbito da requalificação e ampliação da escola?*

• *Que novos espaços serão criados ou ampliados?*

• *Que obras de beneficiação serão executadas ao nível do edifício existente?*

• *Que equipamentos e infraestruturas se encontram previstos adquirir ou instalar?*

Por outro lado, sabendo que a preparação de uma candidatura desta dimensão exige um longo trabalho técnico e administrativo, gostaríamos igualmente de perceber quais foram os principais procedimentos desenvolvidos pelo atuai Executivo desde a sua tomada de posse até à submissão da candidatura.

Em concreto:

• *Que estudos, projetos ou atualizações técnicas tiveram de ser realizados?*

• *Que pareceres, autorizações ou articulações institucionais foram necessários promover?*

• *E, sobretudo, qual foi o trabalho desenvolvido para garantir que a candidatura atingisse o grau de maturidade exigido para a sua submissão?*

Pensamos que será importante dar a conhecer todo esse percurso, valorizando o trabalho desenvolvido pelos serviços municipais, pelos técnicos envolvidos e pelo Executivo, permitindo igualmente que a população compreenda a complexidade inerente à preparação de um investimento desta dimensão.

Esperamos, naturalmente, que esta candidatura venha a merecer aprovação, permitindo finalmente dotar o concelho da Nazaré de uma infraestrutura educativa moderna, capaz de responder às necessidades atuais e futuras da nossa comunidade escolar. Bancada da Assembleia Municipal I Nazaré Merece / PSD". ----------

- Intervenção da Senhora Deputada Teresa Ferreira, do PS: ----------

" Senhor Presidente da Assembleia Municipal,

Senhor Presidente da Câmara Municipal,

Senhoras e Senhores Vereadores,

Senhoras e Senhores Deputados Municipais,

Caro público, presente.

" A nossa intervenção de hoje pretende centrar-se em alguns assuntos que consideramos prioritários para o concelho e relativamente aos quais os munícipes aguardam respostas claras sobre o ponto de situação, os prazos previstos e as soluções que estão a ser implementadas.

O primeiro tema prende-se com as descargas para o mar, uma preocupação recorrente da população e que tem um impacto direto na qualidade ambiental, na saúde pública, na imagem do nosso concelho e na atividade económica ligada ao turismo e ao mar.

Gostaríamos, por isso, de questionar o Executivo sobre o ponto de situação relativamente às descargas na zona norte do concelho, nomeadamente quais as obras que estão em curso ou previstas para resolver este problema e qual o calendário previsto para a sua conclusão.

Da mesma forma, solicitamos esclarecimentos relativamente à descarga que aconteceram na zona sul, procurando perceber que medidas estão previstas para eliminar definitivamente estas ocorrências.

O segundo assunto diz respeito ao funicular.

Reconhecendo a importância deste investimento para a mobilidade e para a valorização turística do concelho, gostaríamos de saber qual é a estratégia pensada para todo o espaço envolvente ao funicular e, em particular, para a zona da Pederneira.

Que intervenções urbanísticas estão previstas? Como será gerido o aumento previsível da circulação de pessoas e de veículos? Existem estudos ou um plano integrado que permita garantir que esta infraestrutura será acompanhada pela necessária reorganização e valorização daquele espaço?

Relativamente à área da saúde, gostaríamos de obter um ponto de situação atualizado sobre as obras do Polo de Saúde de Famalicão.

Aproveitamos igualmente para questionar o Executivo sobre a situação atual da cobertura médica nas freguesias de Famalicão e de Valado dos Frades.

Que diligências têm sido efetuadas junto das entidades competentes para reforçar a resposta dos cuidados de saúde primários nestas duas freguesias?

Por último, gostaríamos de solicitar esclarecimentos relativamente à candidatura da Escola Amadeu Gaudêncio.

Gostaríamos de saber quais são as fontes de financiamento previstas para este projeto e qual o montante que será suportado por financiamento externo e por verbas do Município.

Solicitamos igualmente que nos seja indicada a previsão temporal para as diferentes fases do processo, designadamente a aprovação da candidatura, o lançamento do concurso público, a adjudicação da empreitada, o início dos trabalhos e a conclusão da obra.

Por fim, gostaríamos que o S.r. Presidente clarificasse o significado da seguinte afirmação constante da informação apresentada:

"Paralelamente à submissão da candidatura, o Município encontra-se igualmente a preparar o lançamento do procedimento de contratação da empreitada, com o objetivo de assegurar que a intervenção possa avançar com a maior brevidade possível."

Concretamente, gostaríamos de perceber se esta preparação do procedimento de contratação significa que o Município irá lançar o concurso da empreitada antes da aprovação da candidatura e da confirmação do respetivo financiamento, ou se este procedimento apenas produzirá efeitos após a aprovação da mesma. Consideramos importante esclarecer esta questão para que fique claro qual é a estratégia do Município e quais os compromissos financeiros que poderão vir a ser assumidos.

Consideramos que todos estes assuntos têm um impacto significativo na qualidade de vida dos nossos munícipes e, por isso, entendemos que é importante que esta Assembleia possa conhecer, com transparência, o ponto de situação de cada um deles, bem como os prazos e compromissos assumidos pelo Executivo. Muito obrigada. Nazaré, 26 de junho de 2026. Os Deputados eleitos pelo Partido Socialista na Assembleia Municipal da Nazaré". ----------

- Intervenção do Senhor Deputado Geraldo Viola, da CDU: ----------

" Em primeiro lugar, queremos dizer que algumas das questões que aqui irão ser colocadas já o foram na passada Assembleia. Não foram respondidas cabalmente na altura, como também tem vindo a ser habitual, e por isso pedimos que nos fossem enviadas por escrito.

Também não foram. Daí voltarmos a elas.

1. Proteção Civil e Infraestruturas Municipais

- Ligação de Famalicão aos Raposos: podem fazer-nos um ponto de situação?

- Sobre a intervenção para reduzir a sinistralidade rodoviária na ligação de Fanhais à estrada N549, que vem do Casal da Areia, há desenvolvimentos?

- Sobre a intervenção nos molhes do Porto da Nazaré e desassoreamento da barra: há desenvolvimentos?

- ALE: durante vários anos os executivos do PS andaram a dizer que tinham todos os lotes da ALE-VF vendidos. Isto é mesmo assim ou têm outras informações que nós não temos? Podem enviar-nos um relatório onde constem os lotes que estão realmente vendidos e o que se pretende desenvolver nos mesmos? (pedimos isto por escrito e nada nos foi enviado)

2. Cultura

- Já passaram alguns meses sobre a última AMN. Não se soube mais nada sobre uma estrutura onde estão investidas avultadas verbas do erário público. Logo, este executivo também tem obrigação de acompanhar, até porque tem elementos indicados no CA da Fundação Mário Botas. Podem fazer-nos um ponto de situação sobre esta Fundação?

3. Saúde

- Sobre a necessidade de reforço de médicos nos centros de saúde do concelho:

há desenvolvimentos?

- Sobre a necessidade, por diversas vezes identificada pela CDU, de colocar uma estrutura para proteger os utentes que esperam na rua no centro de saúde da Nazaré. Esta realidade mantém-se? Se sim, o que estão a fazer para eliminar esta situação?

4. Educação

Ponto de situação sobre as insuficiências da escola Amadeu Gaudêncio

- Sobre as obras de requalificação da Escola Amadeu Gaudêncio, podem fazer-nos um ponto de situação? Para onde irão os alunos enquanto as obras decorrerem?

- Sobre aquilo que foi tornado público, sendo que essa informação seguiu para os alunos interessados e consensualizado na rede escolar, falamos do Curso profissional de Desporto como oferta pública a desenvolver-se na Escola sede do agrupamento: sempre vai avançar? Pode informar esta Assembleia sobre o ponto de situação?

- É sabido que, mesmo com uma enorme carência de salas, e a alugar contentores há vários anos, num processo de absoluto desastre na gestão daquilo que é público, para responder às necessidades da Escola Amadeu Gaudêncio, há espaços públicos alugados ao grupo GPS para desenvolver a sua oferta no ensino profissional. Podem dizer-nos os valores das rendas mensais que este grupo paga ao município pelo aluguer da antiga escola primária nº 2 e pelo espaço ao lado das piscinas municipais?

5. Desporto

A CDU quer valorizar muito os recentes feitos no desporto no plano local, seja a valorização dos atletas campeões europeus de futebol de praia em sub-20, seja a subida à 3° divisão da ARP em futsal; seja a conquista do campeonato distrital de futebol pelo GD "Os Nazarenos", sejam os feitos alcançados pelo Clube Naval da Nazaré na modalidade de Pesca desportiva: a todos os nosso sinceros parabéns!

Voltamos a questionar: Em junho a Praia da Nazaré recebeu novamente o Euro Winners Cup. Podem dizer-nos se os custos, em 2026, são mais baixos ou mais altos que na edição anterior? (não foi respondido na última sessão)

O Estádio do Viveiro tem hoje um impacto visual ainda mais impactante e com uma volumetria ainda maior que nos anos anteriores. Se garantir o acesso universal ao desporto é uma obrigação constitucional, ter um estádio daquelas dimensões, com uma ocupação média residual, a agredir visualmente uma das paisagens mais icónicas do país, é uma opção política! O que é que continua a justificar uma estrutura daquelas dimensões, num município estruturalmente endividado?

6. Ambiente e Floresta

Estrada da Ponte da barca: podem fazer-nos um ponto de situação?

7. Gestão Municipal e Planeamento

Também nada disto nos foi respondido por escrito: por isso voltamos a questionar: Revisão do PDM – Deverá ser colocada em consulta pública em meados do outono.

Encerramento do processo de revisão até setembro de 2026. Que sessões de esclarecimento nas diferentes freguesias é que estão programadas?

- Houve alguma reprogramação destes prazos?

- Porque é que as populações não estão a ser ouvidas já?

- Não há informações que devem ser publicas do ponto de vista imediato?

- Qual é o estado atual deste processo?

- Existem já pareceres de algumas entidades que devam ser do conhecimento público?

8. Apoio às populações no plano da habitação

O anterior executivo municipal identificou um terreno na Pederneira para construção de habitação a custos controlados. Reuniu com o Presidente da FENACH (Fed. Nac. Das Coop. de Habitação Económica), Manuel Tereso, por proposta da CDU, para aprofundar as possibilidades deste modelo de construção de raiz solidária e comunitária.

O banco de fomento anunciou recentemente uma linha de apoio às cooperativas de construção de habitação económica na casa dos 500M/€.

Tendo em conta os passos dados anteriormente; tendo em conta a carência habitacional declarada no município da Nazaré; o atual executivo já reuniu com esta entidade? Está interessado em continuar o trabalho já iniciado?

Na informação escrita disponível, diz-se neste ponto que: "o Município prosseguiu a preparação de candidaturas a financiamentos nacionais e comunitários, bem como o acompanhamento dos projetos estruturantes em curso, procurando maximizar a captação de investimento para o concelho. Prosseguiram igualmente os trabalhos relacionados com a Estratégia Local de Habitação e com a implementação das medidas previstas no âmbito do programa 1.º Direito."

Quais os "projetos estruturantes em curso" e que investimento pretendem captar? Quais as medidas concretas para a "Estratégia Local de Habitação com a implementação das medidas previstas no âmbito do programa 1.º Direito."

Que medidas estão previstas para a dinamização do concelho com um todo, invertendo a tendência de há décadas de envelhecimento de tudo o que está para além da sua sede?

Será que Valado dos Frades, Famalicão e Fanhais têm mesmo de estar condenados ao envelhecimento, abandono e desprezo por parte do Município? Há mais vida para lá da beira-mar. Nazaré, 26 de junho de 2026, O Grupo Municipal da CDU na Assembleia Municipal da Nazaré". ----------

***- Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara**, para responder às questões colocadas. Relativamente às descargas na zona norte e no mar, referiu que já havia prestado esclarecimentos sobre o assunto, acrescentando que não subsistem dúvidas quanto a esta matéria, uma vez que a obra se encontra concluída.* ----------

- Relativamente ao funicular e ao espaço envolvente, na zona da Pederneira, informou que, neste momento, a Câmara Municipal se encontra a desenvolver, em articulação com

a Divisão da Cultura, um projeto que prevê a criação, na parte superior, de um espaço destinado a funcionar como Posto de Turismo e, simultaneamente, como espaço de visita, com o objetivo de dar a conhecer e explicar a história da Pederneira. ----------

- Informou, igualmente, que se encontra em análise um projeto para as antigas Escolas Primárias da Pederneira, com vista à criação de um espaço de visita e exposição dedicado à história daquela zona. Acrescentou que o Município pretende lançar um projeto de reabilitação do Largo junto ao cemitério, de forma a criar valências e melhorar a utilização daquele espaço. ----------

- Referiu, ainda, que uma das preocupações do Município se prende com as questões da mobilidade e do estacionamento, encontrando-se a ser estudadas soluções para dar resposta a estas necessidades. Por último, acrescentou que, paralelamente a estas matérias, existe também a questão relacionada com o Tribunal, que se irá desenrolar na Pederneira. ----------

- Relativamente ao Polo de Saúde de Famalicão, informou que a obra terá obrigatoriamente de estar concluída até ao dia 31 de agosto. Esclareceu, que se trata de uma obra financiada pelo PRR e que será submetida à próxima reunião de Câmara uma proposta de prorrogação do prazo até ao dia 31 de julho, considerando que estarão reunidas as condições necessárias para que a obra possa estar concluída até ao final do referido mês. ----------

- Relativamente à Escola Amadeu Gaudêncio, informou que o Município pretende avançar com o lançamento da empreitada, encontrando-se já a preparar o respetivo procedimento Concursal. Esclareceu que este processo decorrerá em paralelo com a

questão do financiamento, estando o Município a trabalhar com a tutela, no sentido de obter, com a maior brevidade possível, a aprovação do financiamento, para que possa ser lançado o concurso público. ----------

- Referiu, ainda, que se verifica atualmente uma tendência para que muitos concursos públicos fiquem desertos, em virtude da escassez de empreiteiros disponíveis para a execução de obras, situação que, segundo referiu, estará a afetar diversos municípios. Nesse sentido, informou que o Município está a procurar tornar o procedimento Concursal mais aliciante, com o objetivo de garantir a apresentação de propostas e permitir que a obra possa ter início durante os meses de setembro ou outubro. Que, sabe que será difícil mas que se estão a empenhar fortemente para que tal possa acontecer. -

- Referiu, que se encontram a concorrer através da CCDR, no âmbito de um financiamento através do Banco Europeu de Investimento (BEI). Sendo a Escola considerada uma P2, entendem que a totalidade da obra será financiada através do referido mecanismo. Acrescentou que, independentemente de a obra vir a iniciar-se em setembro, outubro ou novembro, serão iniciados alguns trabalhos de remoção dos contentores que atualmente se encontram no local, tendo em consideração o entendimento alcançado com o Externato D. Fuas Roupinho, que permitirá ocupar cerca de nove salas na zona traseira do Externato, de forma a garantir que esteja assegurada a alternativa necessária quer para o início da obra, quer para permitir a libertação dos contentores e, consequentemente, disponibilizar mais espaço no exterior da escola. Que, em projeto irão ter oito salas de aulas, e que irão ocupar nove salas de aulas no Externato. ***Interveio a Senhora Deputada Teresa Ferreira****, para questionar, se a retirada antecipada dos contentores não implicaria a perda de salas de aula na Escola.*

***- Respondeu o Senhor Presidente da Câmara**, esclarecendo que serão retirados os nove contentores, mas que ficarão disponíveis nove salas de aula no Externato D. Fuas Roupinho. Referiu que os contentores se encontram em muito mau estado de conservação e acrescentou que o Município está a trabalhar, em conjunto com o Agrupamento de Escolas, numa série de soluções, nomeadamente na alteração da localização do bar, de forma que este fique situado numa zona mais central da Escola. Referiu, ainda, que existem alguns problemas de natureza estrutural que estão igualmente a ser analisados.*

- Relativamente ao cruzamento de Fanhais, referiu que a situação tem estado a ser analisada, uma vez que metade da via pertence ao concelho da Nazaré e a outra metade ao concelho de Alcobaça. Acrescentou que já foram iniciadas conversações com o Município de Alcobaça, com o objetivo de, nos próximos meses, se encontrar uma solução definitiva para aquele local. ----------

- Relativamente aos lotes da ALE, referiu que, na semana anterior, tiveram oportunidade de notificar todos os proprietários dos lotes que não se encontram ocupados, no sentido de lhes ser solicitado que informem o Município sobre qual será o seu plano para os referidos lotes. Acrescentou que, em termos contratuais, existiam prazos que não foram cumpridos pelos respetivos proprietários, pelo que, neste momento, o Município irá atuar relativamente a essa questão. Referiu, ainda, que será enviada a planta dos lotes que se encontram desocupados, bem como a identificação dos respetivos proprietários que foram notificados e saber das suas intenções ou tentar perceber como aqueles lotes podem reverter para o Município. ----------

- Relativamente aos médicos do Centro de Saúde, informou que o Município continua a trabalhar com a ULS de Leiria, com vista à contratação de médicos, tendo o Município

já manifestado a sua disponibilidade para apoiar nas áreas da habitação e dos transportes. Referiu ainda que estão a desenvolver esforços para que, até ao final do mês de setembro, a ULS de Leiria consiga dar uma resposta relativamente a esta questão.

- Relativamente às obras na Escola Amadeu Gaudêncio, e em resposta à questão colocada pela Senhora Deputada Teresa Ferreira quanto ao controlo dos cartões dos alunos, informou que será criada uma entrada diretamente na Escola, permitindo aos alunos o acesso direto às instalações escolares. ----------

- Relativamente à questão do Grupo GPS e às questões relacionadas com a EPN, informou que existe um acordo celebrado entre a Câmara Municipal da Nazaré e a referida entidade, mediante uma contrapartida financeira de mil euros, respeitante à utilização da Escola Primária e do espaço junto às Piscinas Municipais. Referiu que o protocolo/acordo foi celebrado pelo anterior Executivo, entre o final de 2024 e o ano de 2025, pelo período de 10 anos, com o objetivo de possibilitar ao Grupo GPS a instalação de um CTE na Escola Primária da Nazaré, compromisso que, segundo informou, será cumprido. Acrescentou considerar, que as escolas profissionais assumem uma grande importância. Referiu que, em reunião do Conselho Geral da Escola Amadeu Gaudêncio, foi abordada a abertura de um curso de desporto, esclarecendo que se trata de uma proposta apresentada pelo Agrupamento de Escolas, relativamente à qual o Município não foi consultado à época. Manifestou a concordância do Município quanto à aposta no ensino técnico-profissional, considerando, contudo, que o presente ano letivo poderá não ser o mais adequado para a sua implementação, atendendo às limitações que o edifício apresenta, pelo que entende ser preferível aguardar e reunir melhores condições

para a concretização dessa situação. Relembrou que existe oferta no município e que terminará no próximo ano letivo. ----------

- Relativamente aos custos associados ao Eurowinners, informou que foram inferiores aos registados no ano anterior. Referiu ainda, que se encontram a ultimar os relatórios relativos àquela atividade, os quais serão apresentados em reunião de Câmara e posteriormente enviados a todos os grupos municipais. ----------

- Sobre a revisão do PDM, referiu que o processo se encontra, neste momento, na fase de concertação com a CCDR, trabalho que está a ser desenvolvido em articulação com o Departamento de Urbanismo da Nazaré. Informou que a consulta pública poderá ocorrer em meados de setembro/outubro, encontrando-se já concretizados os pareceres que se encontravam pendentes. Referiu, ainda, que a revisão do Plano Municipal deverá estar concluída ainda durante o presente ano. ----------

- Relativamente ao terreno da Pederneira destinado a habitação a custos controlados, referiu que, até ao momento, ainda não foi tomada qualquer decisão sobre o assunto, manifestando, contudo, disponibilidade para estabelecer contacto com as pessoas interessadas. Acrescentou, que a questão da habitação constitui uma preocupação, esperando vir a ter novidades sobre esta matéria, bem como relativamente às rendas acessíveis. Referiu ainda que, no âmbito do 1.º Direito – Programa de Apoio ao Acesso à Habitação, serão lançados dois projetos, um em Valado dos Frades e outro na Nazaré, num total de cerca de 34 fogos, encontrando-se, à data, em fase de contratualização dos respetivos projetos. ----------

A Assembleia apreciou o documento. ----------

2. RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO DO MUNICIPIO DA NAZARÉ - ANO 2025

- Intervenção da Senhora Deputada Raquel Romão: ----------

"Boa noite a todos,

Senhor Presidente da Assembleia Municipal,

Senhor Presidente da Câmara Municipal,

Senhoras e Senhores Deputados Municipais,

O Relatório de Gestão Consolidado trata-se de um documento muito técnico e por isso, tem pouco debate político, ainda assim, merece ser assinalada a questão, de que chegou sem que tenha sido previamente dado conhecimento do Relatório de Contas das Nazaré Qualifica.

O procedimento correto seria que este, fosse primeiro apresentado para deliberação à Câmara Municipal e Assembleia e, só depois, fosse submetido o Relatório Consolidado.

Naturalmente, não colocamos em causa a fiabilidade dos dados apresentados, nomeadamente o resultado líquido positivo de 50.000€ da Nazaré Qualifica, no entanto, não podemos deixar passar este procedimento porque vamos estar a aprovar algo que, à data de hoje, não reunimos conhecimento pleno.

Para que as decisões sejam tomadas em plena consciência, o sentido de voto não pode estar condicionado.

Por isso, deixamos o apelo para que, no futuro, sejam remetidos atempadamente todos os documentos que servem de base à consolidação deste relatório, e só depois, o envio do mesmo. Obrigada, Nazaré, 26 de junho de 2026. Os Deputados eleitos pelo Partido Socialista na Assembleia Municipal da Nazaré". ----------

Aprovado por maioria com cinco abstenções.

3. 2ª ALTERAÇÃO MODIFICATIVA AO ORÇAMENTO DA RECEITA, DA DESPESA E DO PPI

***- Intervenção do Senhor Deputado Paulo Grácio**:* ----------

" Relativamente à proposta de alteração modificativa ao Orçamento Municipal, decorrente da incorporação das verbas atribuídas pelo Governo na sequência da Tempestade Kristin, gostaríamos, antes de mais, de registar a importância deste apoio financeiro para o Município da Nazaré. ----------

Sabemos que a tempestade provocou prejuízos muito significativos em diversas infraestruturas municipais, espaços públicos e áreas florestais, obrigando a uma resposta rápida por parte da autarquia e à mobilização de recursos financeiros próprios.

Nesse sentido, gostaríamos de solicitar alguns esclarecimentos que nos permitam compreender melhor o enquadramento desta proposta. ----------

Em concreto: ----------

• O montante agora transferido pelo Governo permite cobrir a totalidade dos encargos suportados pelo Município na sequência da Tempestade Kristin ou subsistem despesas que continuarão a ser suportadas exclusivamente por verbas municipais? ----------

• Qual foi o valor global dos prejuízos apurados e qual o montante efetivamente financiado pelo Estado? ----------

Verificamos igualmente que parte das verbas agora incorporadas no orçamento será afeta a rubricas que, numa primeira análise, não se encontram diretamente relacionadas com intervenções decorrentes da tempestade. ----------

Assim, gostaríamos também de perceber: ----------

• Quais foram os critérios utilizados para a distribuição destas verbas pelas diferentes rubricas orçamentais? ----------

• Em que medida essa afetação permite reforçar ou repor dotações que, entretanto, tiveram de ser utilizadas para assegurar a resposta imediata aos danos provocados pela tempestade? ----------

Parece-nos importante que fique devidamente esclarecido que esta alteração orçamental não representa um desvio relativamente ao objetivo do apoio concedido, mas antes um mecanismo de regularização financeira que permita ao Município recuperar capacidade

orçamental depois de ter recorrido a recursos próprios para fazer face às necessidades mais urgentes. ----------

Pensamos que esta explicação será útil para a Assembleia Municipal e para todos os munícipes, permitindo compreender de forma transparente o enquadramento financeiro desta proposta. Bancada da Assembleia Municipal I Nazaré Merece / PSD". ----------

- Intervenção da Senhora Deputada Raquel Romão: ----------

"Boa noite a todos,

Senhor Presidente da Assembleia Municipal,

Senhor Presidente da Câmara Municipal,

Senhoras e Senhores Deputados Municipais,

Relativamente a este ponto e da receita relativa ao Fundo de Emergência Municipal, derivada da situação de calamidade, gostaria de alguns esclarecimentos.

Uma vez que o Sr. Presidente e o Executivo referiram, já por várias vezes, que os danos da tempestade ascenderam a vários milhões de euros, está satisfeito com o apoio contribuído à Nazaré, pelo Governo PSD?

Quais as intervenções e despesas concretas e quais as prioridades definidas pelo executivo?

De que forma pretende compensar a insuficiência de financiamento e vai isto comprometer outros investimentos municipais?

No fundo, pretendemos saber de forma mais detalhada, como está a ser aplicada a verba e quais as soluções previstas para garantir a recuperação dos danos, sem comprometer o futuro financeiro do concelho. Questões importantes para compreender o impacto real que a tempestade veio trazer ao município e conhecer as respostas aos problemas que dela resultaram. Obrigada, Nazaré, 26 de junho de 2026.Os Deputados eleitos pelo Partido Socialista na Assembleia Municipal da Nazaré". ----------

- Intervenção do Senhor Presidente da Câmara: ----------

- Sobre o montante transferido pelo Governo central, no valor de setecentos mil euros, a título de adiantamento, informou que o Município já apurou custos na ordem de 1,3 milhões de euros, correspondentes a valores já comprometidos em intervenções destinadas à recuperação dos danos provocados. Acrescentou que aquele montante ainda não contempla diversas intervenções que continuam por executar. ----------

- Referiu, ainda, que uma das situações que constitui motivo de preocupação é a recuperação das piscinas municipais da Nazaré, estando a ser desenvolvido trabalho com os serviços no sentido de reformular um projeto já existente, procurando, posteriormente, viabilizar o seu financiamento através das verbas destinadas ao processo de recuperação dos danos provocados pela tempestade Kristin, bem como à requalificação energética do edifício. ----------

- Que, existem ainda muitas intervenções a realizar, designadamente ao nível da reparação dos passeios, bem como diversas situações que continuam por resolver. -----

- Acrescentou que a verba de setecentos mil euros não passou de um adiantamento, não cobrindo os custos em que o Município já incorreu até àquela data. ----------

- Que, o Município recebeu o valor de aproximadamente doze mil e quinhentos euros pelas obras realizadas no Rio da Areia, em Valado dos Frades, manifestando não estar satisfeito com o rumo que o Governo se encontra a dar a esta questão e relativamente aos prejuízos que se teve. Que, os setecentos mil euros foram recolocados nas respetivas rubricas orçamentais, tendo o Município, numa primeira fase, recorrido a verbas do seu próprio orçamento para fazer face às primeiras despesas realizadas. Referiu que aquele montante veio, posteriormente, repor as verbas que haviam sido utilizadas, durante a tempestade. Que, ao nível da IGP – Indicação Geográfica Protegida, foi aprovada para o Município uma verba no valor de oitocentos mil euros, destinada à limpeza dos terrenos afetados pela tempestade. Referiu que dessa verba poderá resultar um apoio para fazer face aos custos suportados pelo Município com a desobstrução de caminhos e a preparação para a época de incêndios, sendo que, com o avanço desses trabalhos, poderá vir a ser ressarcido dos respetivos custos. Que, foi atualizada, à data, a verba já atribuída aos particulares que se candidataram aos apoios através da CCDR, encontrando-se ainda seis ou sete processos em apreciação. Referiu que o valor atualizado, já entregue a particulares no Concelho da Nazaré, ascende a 152.273,23 euros. ----------

- Acrescentou, que foi efetuado um pedido à APA – Agência Portuguesa do Ambiente, estando prevista, nas próximas semanas, a visita ao Concelho do Engenheiro Pimenta

Machado, Presidente do Conselho Diretivo da APA, com o objetivo de acompanhar a situação e sensibilizar para que os custos apresentados pelo Município, decorrentes dos danos provocados pela tempestade Kristin, possam ser considerados e abrangidos pelo respetivo apoio financeiro. Que, o preocupa, os constrangimentos relativamente ao impactos da tempestade Kristin. ----------

Aprovada por maioria, com cinco abstenções.

4. PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA E PROTEÇÃO CIVIL DA NAZARÉ

- Intervenção do Senhor Deputado Rogério Serrador:

" Relativamente ao Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil da Nazaré, gostaríamos de começar por referir que a nossa bancada acompanha, no essencial, a fundamentação constante do despacho do Presidente da Câmara Municipal. ----------

Entendemos que um documento desta natureza, pela sua importância estratégica para o concelho e para a segurança das populações, deve, por regra, ser previamente apreciado e debatido em reunião de Câmara antes da sua submissão à Assembleia Municipal. Esse é, sem dúvida, o procedimento institucional mais adequado e aquele que melhor promove a participação dos diferentes órgãos autárquicos. ----------

Todavia, também reconhecemos que as circunstâncias concretas que envolveram este processo justificam uma atuação excecional. ----------

Encontramo-nos às portas do período de maior risco para a Proteção Civil, marcado pelo aumento significativo do perigo de incêndios rurais, pelas elevadas temperaturas, pelo acréscimo da população residente e flutuante durante a época balnear e pela realização de inúmeros eventos que caracterizam o verão no concelho da Nazaré. -------

Acresce que os efeitos provocados pela Tempestade Kristin deixaram um conjunto significativo de áreas florestais particularmente vulneráveis, aumentando a preocupação relativamente à eventual ocorrência de emergências que exijam uma resposta rápida, coordenada e sustentada num Plano Municipal plenamente aprovado e em vigor.

Neste contexto, compreendemos a opção tomada pelo Presidente da Câmara Municipal ao recorrer a um despacho de carácter de urgência, ainda que tal implique uma tramitação excecional, posteriormente sujeita à indispensável ratificação pela Câmara Municipal. ----------

Pensamos, por isso, que importa valorizar o objetivo principal desta decisão: garantir que o Município dispõe, no momento mais crítico do ano, de um instrumento plenamente eficaz para apoiar a atuação de todas as entidades envolvidas na proteção e socorro das populações. ----------

Não obstante, gostaríamos de deixar um alerta relativamente ao conteúdo do documento.

Da análise efetuada, verificámos que subsistem diversos elementos que carecem de atualização, designadamente no que respeita à identificação de titulares de cargos políticos, responsáveis institucionais e outros intervenientes que, entretanto, sofreram alterações e que ainda não se encontram refletidas na versão submetida. ----------

Temos consciência de que se trata de um documento cuja elaboração se iniciou anteriormente e que estas desconformidades resultam, muito provavelmente, da evolução entretanto ocorrida na estrutura política e administrativa do Município. ----------

- Assim, gostaríamos apenas de sugerir que, antes da publicação da versão definitiva do Plano, seja promovida uma revisão final de todos os elementos identificativos e contactos constantes do documento, garantindo que o mesmo entra em vigor plenamente atualizado e constitui uma ferramenta operacional rigorosa, fiável e adequada às atuais estruturas de decisão e coordenação da Proteção Civil. ----------

Pensamos que esta atualização reforçará a qualidade técnica do Plano e contribuirá para que este instrumento cumpra plenamente a missão para a qual foi concebido: proteger pessoas, bens e o território do Concelho da Nazaré. Bancada da Assembleia Municipal I Nazaré Merece / PSD". ----------

- Intervenção da Senhora Deputada Teresa Ferreira: ----------

"Boa noite a todos,

Senhor Presidente da Assembleia Municipal,

Senhor Presidente da Câmara Municipal,

Senhoras e Senhores Deputados Municipais,

O Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil constitui um dos mais importantes instrumentos estratégicos do concelho, definindo a organização, coordenação e resposta

perante situações de acidente grave, catástrofe ou calamidade. Precisamente pela sua relevância, entendemos que a sua aprovação através de um despacho de carácter urgência, embora legalmente admissível, evidencia uma preocupante falta de planeamento e de estratégia por parte do atual executivo. ----------

Um documento desta natureza deveria resultar de um processo participado, amplamente discutido e preparado atempadamente, envolvendo todos os eleitos e as entidades com responsabilidades na proteção civil. A urgência não pode servir para justificar a ausência de um verdadeiro debate sobre as opções estratégicas que irão orientar a resposta do concelho em emergências. ----------

E sejamos claros ainda que se realizasse a Assembleia Municipal Extraordinária Temática, prevista para o dia 21 de maio do presente, este tipo de documento não poderia ser apreciação nessa sessão, ainda que, pudesse vir daí contributos necessários para o aperfeiçoamento do Plano. ----------

Acresce que o documento apresenta lapsos que não deveriam existir num plano com esta importância. A título de exemplo, na página 216 mantém-se uma referência ao anterior Presidente da Câmara Municipal, erro que importa corrigir com a maior brevidade. Este tipo de incorreções demonstra a necessidade de uma revisão técnica e política mais rigorosa antes da aprovação final. ----------

Importa ainda recordar que, na reunião de Câmara de 5 de maio de 2026, o Vereador do Partido Socialista, Milton Estrelinha, questionou o executivo sobre se todos os planos municipais de proteção civil se encontravam devidamente atualizados, na sequência da sessão de apresentação do DECIR realizada nos Paços do Concelho. Esse alerta foi feito

em tempo útil e demonstra que existiu a oportunidade de preparar este processo com maior antecedência, evitando o recurso a procedimentos urgentes e garantindo um documento mais sólido, participado e isento de erros. ----------

Um Plano Municipal de Emergência não deve ser visto como um documento estático. A evolução dos riscos, das infraestruturas, das alterações climáticas e da organização dos serviços municipais exige revisões contínuas e mecanismos de monitorização regulares. A par disso, deve ser, de forma permanente, testado e articulado com todas as entidades que dele fazem parte: serviços camarários, Bombeiros Voluntários da Nazaré, forças de segurança, Associação de Dadores Benévolos de Valado dos Frades, sapadores florestais e Nadadores-Salvadores do Concelho da Nazaré. ----------

O plano prevê exercícios e testes operacionais, algo que no nosso entender é fundamental à sua boa execução. Posto isto, questionamos se está previsto a realização de exercícios e ações de formação para testar, com regularidade, o documento em todas as suas possibilidades. ----------

A proteção civil exige planeamento, rigor e capacidade de antecipação. São precisamente essas qualidades que esperamos ver refletidas em instrumentos desta importância para a segurança de todos os munícipes e que já percebemos que o atual executivo, liderado pelo Presidente Serafim Silva, não possuem. Obrigada, Nazaré, 26 de junho de 2026, Os Deputados eleitos pelo Partido Socialista na Assembleia Municipal da Nazaré". ----------

***- Intervenção do Senhor Presidente da Câmara**: referiu que, em 9 de dezembro de 2024, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta de revisão do*

Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil. Esclareceu, que o que estará em votação será o Plano elaborado pelo Partido Socialista. Recordou que, na sequência da tempestade Kristin, foi alertado para a situação, uma vez que, durante o ano de 2025, o processo não foi concluído na sua totalidade, nem submetido a reunião de Câmara e à Assembleia Municipal. ----------

- Questionou, sobre a forma como será encarada a situação, tendo em consideração os meses que se aproximam e os problemas que poderão surgir, designadamente no âmbito dos incêndios, manifestando a expectativa de que nada aconteça, mas salientando a preocupação decorrente da inexistência de um Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil atualizado. Que existem decisões que devem ser tomadas, considerando que, por um lado, se poderá dispor de um Plano que possa apresentar algumas debilidades, suscetível de ser posteriormente corrigido, ou, por outro, permanecer sem um Plano atualizado, com capacidade de produzir efeitos de forma célere. Que concorda que a matéria deveria ter sido previamente discutida com todos os grupos municipais e com as demais entidades envolvidas. Contudo, considerou que a situação de urgência exige que o Plano existente seja submetido à votação. Que, o que se irá votar, será o Plano executado pelo Partido Socialista no mandato passado. ----------

***- Usou da palavra a Senhora Deputada Teresa Ferreira**, para questionar se estaria prevista a realização de exercícios ou ações de formação, com vista a testar o referido Plano.* ----------

***- Usou da palavra o Senhor Coordenador da Proteção Civil, Dr. Mário Cerol**, que cumprimentou todos os presentes e, na sua intervenção, esclareceu existir um equívoco, que procuraria clarificar, referindo que existe um Plano que cumpriu, numa primeira*

fase, todo o procedimento previsto, tendo sido aprovado em reunião de Câmara, submetido a consulta pública e posteriormente à ANEPC – Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil, que emitiu parecer favorável, tendo o mesmo sido aprovado em 22 de agosto de 2025. Referiu ainda que, entretanto, se iniciou um processo eleitoral. ----------

- Referiu, que se aguardou pela tomada de posse do novo Executivo e que o Plano teria de obter dois pareceres: o parecer da ANEPC – Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil e o parecer da Comissão Municipal de Proteção Civil, tendo este último sido emitido favoravelmente, em 24 de abril de 2026. Salientou que o Plano cumpriu o procedimento previsto e que, nessa fase, nem a Câmara Municipal poderia voltar a deliberar sobre o mesmo. Esclareceu ainda que, para entrar em vigor, o Plano terá de ser aprovado pela Assembleia Municipal e que, caso não seja aprovado, será necessário elaborar um novo Plano e reiniciar todo o procedimento, o que poderá representar um percurso de cerca de um ano e meio. ----------

- Relativamente à questão da realização de exercícios, acrescentou que um Plano daquela natureza deve ser obrigatoriamente testado num período de dois anos, salientando que o mesmo não é estático e que algumas das suas componentes poderão ficar desatualizadas, sendo, por isso, importante o seu acompanhamento e teste regular.
- Deu ainda nota de que, na semana anterior, tinha sido realizado um exercício de preparação no Ascensor da Nazaré. Referiu, por fim, que existe a intenção de testar o Plano através de um exercício à escala global, chamando a atenção para o previsto na primeira fase do mesmo. Referiu ainda que, de dois em dois anos, deverá ser efetuada uma revisão de alguns dos pontos do Plano, com vista à sua atualização, salientando que

o Plano atualmente em vigor, comparativamente com o anterior, já contempla a situação de pandemias, passando a estar prevista a obrigatoriedade dessa revisão periódica. ----

- Relativamente aos nomes dos membros do anterior Executivo que constam do Plano, esclareceu que os mesmos figuram no documento por ter sido nessa qualidade que o Plano foi aprovado, devendo, por esse motivo, ser apresentado à Assembleia Municipal nos mesmos termos. Referiu que, à data, existia um responsável político, o então Vereador Orlando Rodrigues, constando igualmente, em anexo, o nome do anterior Presidente da Câmara Municipal, Manuel Sequeira mas que não será impeditivo uma vez que serão anexos. Relativamente à referência ao Vereador Orlando Rodrigues, esclareceu que este era o responsável político à data e que foi esse o documento remetido às entidades competentes. Referiu que, caso o Plano seja aprovado, poderá posteriormente ser efetuada a correção da parte em que consta o nome de Manuel Sequeira. Propôs ainda, atendendo a que a tutela tem vindo a recomendar que os Planos se mantenham o mais atualizados possível, que, antes do período crítico do verão, e tendo em consideração que o Plano terá de ser publicado em Diário da República para entrar em vigor, o mesmo seja novamente remetido à ANEPC para validação. Acrescentou, que o Plano foi a todas as instituições. ----------

Aprovado por unanimidade.

5. PROPOSTA - ATRIBUIÇÃO DE ISENÇÃO DE TAXAS MUNICIPAIS APLICÁVEIS ÀS FREGUESIAS NO ÂMBITO DO EXERCÍCIO DAS SUAS COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES

Aprovada por unanimidade. ----------

6. ELEIÇÃO DE NOVOS REPRESENTANTES PARA INTEGRAR A ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL DO OESTE

*- **Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, para prestar esclarecimentos relativamente ao ponto, referindo que o mesmo havia sido discutido em Comissão Permanente. Esclareceu que, com a saída de um Deputado Municipal da Assembleia Municipal, este deixará de integrar a Assembleia Intermunicipal, sendo, por isso, necessária a realização de uma nova eleição, uma vez que, aquando da eleição inicial, não foi prevista a possibilidade de saída de membros. Referiu ainda que, sobre esta matéria, foi solicitado parecer jurídico à Dra. Helena Pola, bem como à Assembleia Intermunicipal.* ----------

*- **O Senhor Presidente da Assembleia**, leu um documento apresentado pelo Senhor Deputado Paulo Grácio:*

" A Bancada do PSD em consequência da reunião em sede de Comissão Permanente e relativamente ao ponto 6 da ordem de trabalhos, vem propor e apresentar uma lista conjunta de membros da Assembleia Municipal para integrar a Assembleia Intermunicipal do Oeste composta pelos seguintes elementos – 4 efetivos e 4 suplentes:

*- Apresentação de uma lista Única, denominada A - **Membros Efetivos**: Paulo Jorge Grácio Ruivo (PSD); Rogério Paulo dos Santos Serrador (PSD); José Alexandre Freire Lopes (PS) e Geraldo Alberto Ramos Viola (CDU). **Membros Suplentes**: Nuno Filipe Figueiredo dos Santos (PSD); Fernando António Belo Nunes Capucha (PSD); Teresa Alexandra Santos Ferreira (PS) e Cláudio Miguel Lopes Peça (CDU).* ----------

A Lista A, assim denominada, foi Aprovada com 22 votos a favor e 2 votos nulos. -------

7. PROJETO DE REGULAMENTO MUNICIPAL PARA A GESTÃO SUSTENTÁVEL DO ALOJAMENTO LOCAL DA NAZARÉ

Declararam impedimento e ausentaram-se sem votar o ponto : o senhor Presidente da Assembleia Municipal Ricardo João Fialho da Felismina Neves; José Alexandre Freire Lopes e Anabela Delgado Zarro Balau do Partido Socialista; Rogério Paulo dos Santos Serrador, Paulo Jorge Grácio Ruivo e Fernando António Belo Nunes Capucha, do Partido Social Democrata. Declararam igualmente impedimento, os Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia, da Nazaré, Famalicão e Valado dos Frades, respetivamente Augusto António Portugal dos Santos, Pedro Miguel Pinto Marques e Pedro Joel Jerónimo da Silva. ----------

- Permaneceram para votar: pela Bancada do PS, Teresa Ferreira, Raquel Romão, Ricardo Esgaio, Diana Nascimento e Valter Soares; pela Bancada do PSD, Ana Ortega, Carla Grilo, Virgínia Januário, Nuno Santos e António Piló; pela Bancada do Chega, Pedro Nobre e Paulo Susano; pela Bancada da CDU, Cláudio Peça, Mara Lisa e Geraldo Viola. ----------

***- Usou da palavra o Senhor Deputado Geraldo Viola:** ----------*

" Relativamente a este Projeto de alterações:

A) O Artº 7º do Projeto de Regulamento Municipal Para Gestão Sustentável do Alojamento Local da Nazaré, apresenta as seguintes possibilidades de autorização pela

Câmara, a título excecional ,de novos estabelecimentos de AL nas áreas de contenção, nos seguintes casos a. Caso o edifício/fração ou parte relativamente a: • prédio devoluto há mais de 3 anos; • realização de obras de conservação relevantes nos últimos 3 anos em prédio que estava em mau estado; • mudança nos últimos 3 anos do uso de industria/comércio/serviços p/ habitação; b. edifício novo construído na sequência de demolição de outro em mau estado; c. Quando se comprove que imóvel constitui residência secundária. d. Quando se trata de AL de quartos: pode-se sempre e sem limitações. A única limitação que esta norma impõe é para o caso de existir ou tiver existido nos últimos 2 anos contrato de arrendamento para habitação. ----------

no caso do nº 4 da norma, saliente—se que;

• Nas áreas de contenção podem sempre ser autorizados novos estabelecimentos de alojamento local quando seja modalidade "quartos".

B) DO EXPOSTO RESULTA QUE O ÂMBITO DAS EXCEPÇÕES É TÃO AMPLO QUE DESTROI QUALQUER RESTRIÇÃO, a saber:

i. O Proprietário de residência secundária: PODE

ii. O Proprietário de qualquer imóvel a qualquer título que ponha quartos em AL: PODE

iii. O Proprietário a qualquer título de fração p/ uso comercial/serviços que altere título p/ habitação: PODE

iv. Quem tiver dinheiro para comprar prédios devolutos e fazer grandes obras ou construir edificio novos no lugar de antigos: PODE (a limitação que se impôs - existência de arrendamentos para habitação nos últimos 2 anos é meramente residual e, por isso, inoperante)

C) CONCLUSÕES:

1ª – VERIFICA-SE UMA PREVERSÃO COMPLETA DO REGIME DE LIMITAÇÃO DE ABERTURA DE NOVOS AL's NAS ÁREAS DE CONTENÇÃO:

2ª – FICA ABERTO CAMINHO PARA A CMN ABRIR AUTORIZAÇÕES PARA AL's NAS ZONAS QUE JÁ SE ENCONTRAM SATURADAS, em vergonhoso desprezo para com os Munícipes e sua qualidade de vida e promovendo um projeto de suturação turística que destrói a identidade cultural do Município, gentrificando-o, facilitando atividades de especulação e concentração de meios, pois quem tem dinheiro para comprar imóveis e os recuperar pode livremente abrir novos Als.;

3ª – A proposta de Regulamento não cumpre qualquer exigência de limitação de novos Als nas zonas de contenção e tenta, antes, driblar o espírito do DL 76/2004, de 23/10 que tentou, justamente, evitar a propagação de novos Als em zonas de contenção. Nazaré, 26 de junho de 2026, O Grupo Municipal da CDU na Assembleia Municipal da Nazaré". ----------

Aprovada por maioria com doze votos a favor dos presentes e três votos contra (CDU).

8. PROJETO DE REGULAMENTO MUNICIPAL DA TAXA TURÍSTICA DA NAZARÉ

- Usou da palavra o Senhor Deputado Geraldo Viola: ----------

"Conforme se lê na Nota Justificativa essencial à fundamentação da criação desta taxa que consta deste projeto de regulamento, apresenta-se, em sede de FUNDAMENTAÇÃO para a criação da mesma, o seguinte, que se passa a transcrever:

"... o desenvolvimento da atividade turística implica (...) uma pressão acrescida sobre as infraestruturas públicas e sobre a prestação de serviços municipais, designadamente ao nível da limpeza urbana, da manutenção do espaço público e do reforço de segurança de pessoas e bens".

É, assim, COM BASE NO DESGASTE DOS BENS PÚBLICOS QUE SE APRESENTA, e bem, que se evidencia o fundamento PARA CRIAÇÃO DESTA TAXA TURÍSTICA. Porém, no texto do projeto de regulamento, na norma que rege a aplicação das receitas apuradas com a taxa turística, ou seja, no artº 4º, o que se lê é diferente, a saber, determina-se que a aplicação das receitas seja realizada para pagar PROMOÇÃO TURÍSTICA, determinando sirva para subsidiar, conforme também se transcreve: - "projetos, estudos, eventos culturais e desportivos, equipamentos ou infraestruturas (...) que produzam impacto direto ou indireto na PROMOÇÃO DA QUALIDADE DO TURISMO NUMA PERSPECTIVA DE CRESCIMENTO SUSTENTÁVEL E A PRAZO." Ou seja, este artº 4º abre caminho para subsidiar deslocações, feiras, publicidade e tudo quanto agrade aos grandes operadores turísticos da Nazaré, chamando mais gente para lhes aumentar os lucros, EM LUGAR DE DETERMINAR QUE SE USEM AS RECEITAS DA TAXA PARA OBRAS NOS BENS PÚBLICOS QUE SOFREM DESGASTE ADICIONAL EM VIRTUDE DO USO ACRESCIDO PELOS CLIENTES DESSES OPERADORES.

Sejamos claros:

- As receitas da taxa devem servir para reparar e melhorar os bens e equipamentos públicos, não para subsidiar atividades de mera promoção turística, sob pena de se aumentar o desgaste dos bens públicos, de os estragar ainda mais, à custa das receitas da taxa turística, por se chamar ainda mais gente e agravar o desgaste. E qualquer aplicação de receita a promoção turística, deverá ser equilibrada e sempre determinada por critérios de interesse público num turismo sustentável com vista a determinar o menor dano possível nos bens públicos. Este projeto de regulamento não apresenta, por isso, uma TAXA TURÍSTICA efetiva, que a CDU defende dever ser criada para, conforme apontado, compensar o equipamento público do desgaste determinado pelo uso turístico. Este projeto de regulamento o que apresenta é uma VERDADEIRA TAXA DE PROMOÇÃO TURÍSTICA, que coloca as receitas de tal taxa ao serviço de atividade de publicidade pura e dura, e dos interesses privados dos grande operadores turísticos da Nazaré.

Exemplificando: - As receitas da taxa turística devem, por exemplo ser destinadas à reparação e renovação do sistema de esgotos municipal, por forma a que este sistema público consiga fazer face ao acréscimo de uso derivado da atividade turística. - Enquanto tal renovação não estiver completamente realizada não faz qualquer sentido gastar receitas da taxa em promoções, estudo ou eventos com operadores turísticos, sob pena de se chamar mais gente para sobrecarregar ainda mais o sistema de esgotos e, com a rutura deste sistema (como tem acontecido) acabar por manchar o prestígio turístico e ambiental da Nazaré e prejudicar o ambiente e a qualidade de vida dos Munícipes.

ESTE PROJECTO DE REGULAMENTO APRESENTA, ASSIM, UMA CONTRADIÇÃO INSANÁVEL

ENTRE: - A JUSTIFICAÇÃO QUE APRESENTA PARA CRIAR A TAXA TURÍSTICA, que apresenta como compensação pelo desgaste nos equipamentos públicos, por um lado; - E A NORMA QUE REGE O DESTINO DAS RECEITAS DA TAXA, por outro lado, que determina sejam as receitas da taxa aplicadas em estudo e projetos de promoção turística.

OU SEJA: É um projeto se encontra incorretamente elaborado e que não acautela a prossecução do interesse público municipal.

Que fique claro: - A CDU DEFENDE A CRIAÇÃO DE UMA TAXA TURÍSTICA CUJAS RECEITAS SIRVAM PARA COMPENSAR a "pressão acrescida sobre as infraestruturas públicas e sobre a prestação de serviços municipais, designadamente ao nível da limpeza urbana, da manutenção do espaço público e do reforço de segurança de pessoas e bens" – como se diz na nota justificativa do regulamento.

A CDU não aceita, porém, uma taxa turística que apenas sirva para subsidiar a promoção turística, como consta da norma do artº 4º do Projeto de Regulamento, o qual, por isso, se encontra mal elaborado, devendo ser retificado em conformidade com o que ora se expõe.

Queremos também chamar a atenção para a norma do artº 6º do Projeto de Regulamento, no qual se prevê as isenções de taxas. A este respeito, entendemos que a isenção deve ser estendida, pelo menos, aos seguintes casos: a) Hóspedes até aos 25 anos, cujo motivo da

permanência seja uma atividade letiva ou desportiva (viagens de estudo, eventos desportivos, etc.); b) Hóspedes que permaneçam por motivos de trabalho. Nazaré, 26 de junho de 2026 O Grupo Municipal da CDU na Assembleia Municipal da Nazaré". ------

Aprovado por maioria com 21 votos a favor e três votos contra (CDU).

9. PROJETO DE REGULAMENTO MUNICIPAL DO SELO DE RESIDENTE NO SÍTIO DA NAZARÉ

- Usou da palavra o Senhor Deputado José Alexandre: ----------

"Boa noite a todos,

Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhoras e Senhores Deputados Municipais, Relativamente ao Projeto de Regulamento Municipal do Selo de Residente no Sítio, gostaria de começar por dizer que reconheço a pertinência da iniciativa e a necessidade de encontrar mecanismos que permitam minimizar os constrangimentos que os residentes do Sítio enfrentam, sobretudo em períodos de maior afluência turística e durante eventos que condicionam a circulação automóvel. Trata-se de uma preocupação legítima e antiga de muitos residentes, pelo que saúdo o facto de o Município procurar apresentar uma resposta para esta realidade. Contudo, analisando o regulamento, subsistem algumas dúvidas e preocupações que consideramos importantes esclarecer. Desde logo, parece-nos que o documento deixa por definir vários aspetos essenciais da sua aplicação prática. Não fica totalmente claro em que circunstâncias concretas o selo produzirá efeitos, quais os critérios que determinarão a ativação das restrições de acesso, a quem compete a determinação de

ativação nem de que forma essas decisões serão comunicadas aos residentes e demais utilizadores. Uma outra questão prende-se com a limitação do número de selos atribuídos por habitação. Embora se compreenda a necessidade de evitar abusos, importa perceber se a solução encontrada responde adequadamente à realidade de alguns agregados familiares que dispõem de mais do que dois veículos utilizados de forma permanente pelos seus membros. Entendemos igualmente que seria importante conhecer os estudos ou elementos técnicos que sustentam esta proposta. Quantos residentes serão abrangidos? Quantos selos se estima emitir? Que impacto se prevê na circulação rodoviária e na gestão do estacionamento? São questões relevantes para que possamos avaliar a eficácia da medida e o seu impacto real no quotidiano da população. Por último, não deixa de ser curioso verificar que o período de consulta pública terminou sem qualquer participação ou contributo formal da população. Sendo esta uma matéria que afeta diretamente muitos residentes do Sítio, importa perceber porque não foi feito, por exemplo, uma sessão publica de esclarecimentos e auscultações à população do Sítio? Um documento desta importância, quer se prático e de eficácia, posto isto, é fundamental o envolvimento dos potenciais interessados. Em suma, acompanhamos o princípio subjacente à criação do Selo de Residente, por considerarmos que responde a uma necessidade real da população do Sítio. Contudo, entendemos que subsistem aspetos que merecem clarificação e aprofundamento, para que a aplicação futura deste regulamento decorra com total transparência, justiça e eficácia. Disse. " ----------

- Usou da palavra o Senhor Deputado Paulo Grácio: ----------

"Relativamente ao Projeto de Regulamento Municipal do Selo de Residente do Sítio da Nazaré, gostaríamos de começar por reconhecer o esforço desenvolvido pelo Executivo

na criação de um instrumento que procura responder a uma preocupação antiga dos residentes daquela zona histórica, relacionada com as dificuldades de estacionamento e de circulação, sobretudo durante os períodos de maior afluência ao concelho e ao Sítio em particular.

Estamos conscientes de que se trata de um regulamento inovador, para o qual dificilmente existirão muitos exemplos comparáveis noutros municípios, pelo que é natural que a sua aplicação prática venha a revelar situações que hoje poderão não estar integralmente previstas.

É precisamente nesse espírito construtivo que gostaríamos de colocar algumas questões.

Em primeiro lugar, gostaríamos de perceber qual será o mecanismo previsto para resolver situações omissas ou casos que não encontrem resposta expressa no Regulamento.

Está previsto algum procedimento de análise casuística? Existirá uma comissão técnica ou uma entidade responsável por apreciar situações excecionais? Ou está já prevista a possibilidade de proceder, futuramente, aos ajustamentos regulamentares que a experiência prática venha a aconselhar?

Ao mesmo tempo, gostaríamos de compreender melhor o enquadramento de algumas situações concretas que poderão surgir na aplicação do Regulamento. Por exemplo:

• Os proprietários de segunda habitação localizada no Sítio da Nazaré poderão requerer o Selo de Residente ou este destina-se exclusivamente a residentes permanentes?

• *Como serão enquadrados os comerciantes que desenvolvem atividade naquela zona e que necessitam diariamente de aceder aos seus estabelecimentos?*

• *E relativamente aos trabalhadores que exercem funções no Sítio, mas que não aí residem, está previsto algum regime específico que permita compatibilizar a atividade profissional com os objetivos do Regulamento?*

Outra questão que nos parece particularmente relevante prende-se com a gestão da circulação automóvel no interior da área abrangida.

Gostaríamos de perceber se os titulares do Selo de Residente poderão circular e estacionar livremente em toda a área do Sítio ou se o modelo prevê que o acesso seja preferencialmente direcionado para as zonas mais próximas da respetiva residência. Esta solução poderá revelar-se importante para evitar que o próprio regime destinado a proteger os residentes venha, inadvertidamente, a gerar novos congestionamentos em outras áreas do Sítio.

Em suma, parece-nos tratar-se de um regulamento com enorme potencial para melhorar a qualidade de vida dos residentes do Sítio da Nazaré. Precisamente por essa razão, entendemos que será importante acompanhar de perto a sua implementação, recolher a experiência prática da sua aplicação e, sempre que necessário, proceder aos ajustamentos que permitam aperfeiçoar este instrumento e responder às diferentes realidades que certamente irão surgir ao longo do tempo. Bancada da Assembleia Municipal / Nazaré Merece / PSD". ----------

- Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara *para prestar esclarecimentos/informações, referindo que o facto de se tentar implementar, com alguma rapidez, a questão do selo dos habitantes do Sítio, se prende com uma situação ocorrida no dia 23 de dezembro, aquando do evento das ondas gigantes no Sítio. Nessa ocasião, foram criados alguns anéis de segurança para restringir o acesso ao Sítio da Nazaré, tendo-se deparado com a dificuldade de as próprias forças de autoridade distinguirem quem eram os habitantes do Sítio e quem não o era.* ----------

- Mais referiu, que o seu primeiro pensamento foi tentar encontrar uma solução que permitisse às pessoas do Sítio continuar a fazer a sua vida normal, uma vez que as limitações ao trânsito são de tal forma significativas e o número de pessoas que visitam o local nesses momentos é tão elevado que têm perfeita noção de que essa solução não irá resolver os problemas dos habitantes do Sítio. Considerou, contudo, que é necessário tentar garantir que, nesses períodos, as pessoas possam ter livre acesso à área onde residem, evitando criar constrangimentos como os que habitualmente se verificam. -----

- Acrescentou que terá de ser criada alguma forma de identificação das pessoas, reconhecendo que tal medida não irá resolver o problema, mas poderá contribuir para reduzir a carga negativa que se sente. ----------

- Usou da palavra o Senhor Vereador Miguel Sousinha, *que cumprimentou todos e referiu que será importante perceber que o Regulamento se focará nos períodos de maior afluência e não no estacionamento. Esclareceu que o selo não dará direito a que os habitantes do Sítio possam estacionar, devendo fazê-lo com a normalidade do dia a dia, não sendo o selo que lhes dará direito ao estacionamento.* ----------

- Mais referiu, que será difícil elaborar um Regulamento que contemple todas as questões que se colocam, uma vez que serão os primeiros a implementar esse Regulamento.-------

- Informou que receberam muitos contributos e que também foram colocadas muitas questões, fazendo referência a alguns artigos do Regulamento que contemplam essas situações. Disse que tentaram abranger todas as situações possíveis e que até compreende que a atribuição de dois selos por residência poderá não ser bem aceite, mas que, na verdade, foi uma tentativa de restringir o menos possível. Que, se tentou criar um modelo, que tentasse minimizar os impactos nos habitantes do Sítio. ----------

***- Usou da palavra o Senhor Deputado José Alexandre**, para solicitar esclarecimentos: que quando existe uma família numerosa, de pais e filhos em que ambos trabalham, que têm mais que dois carros, e disse que só estará a falar quando surge constrangimentos, só existe autorização para dois dísticos por fogo. Irá haver flexibilidade da Câmara para essa situação? Se as pessoas não puderem passar porque não têm o dístico, onde irão depois estacionar? **Respondeu o Senhor vereador Miguel Sousinha** que, se houver uma situação excecional, que se estará em condições de analisar esse pedido. ----------*

***- Usou da palavra a Senhora Deputada Teresa Ferreira**, que questionou se a referência seria às pessoas portadoras de dístico de deficiência e, nesse sentido, se as pessoas com esse tipo de dístico, mesmo não sendo residentes no Sítio, estariam autorizadas a passar. **Respondeu o Senhor vereador Miguel Sousinha** de que essa situação estará enquadrada no Projeto de Regulamento Municipal do Selo de Residente do Sítio da Nazaré para pessoas com mobilidade reduzida, no artº. 3º. Alínea b). Que, usarão o dístico próprio para deficientes. ----------*

***- Usou da palavra a Senhora Deputada Mara Neves**, que questionou, relativamente ao jardim de infância e à creche, como será efetuada a transmissão do dístico quando os encarregados de educação não possam ser eles próprios a ir buscar as crianças. --------*

***- Respondeu o Senhor vereador Miguel Sousinha** que será por indicação da própria Confraria. Que, não versará sobre a matrícula mas sim de uma autorização. **A Senhora Deputada Mara**, acrescentou, que essa situação acarretará constrangimentos e o Senhor vereador Miguel, disse que se teria de arranjar mecanismos de controle e ir melhorando de acordo com as exigências.*

Aprovado por unanimidade.

***- Usou da palavra o Senhor Deputado Cláudio Peça:** ----------*

- Declaração de voto:

"Ora aqui está aquilo que sempre defendemos e que, em traços gerais, foi inviabilizado no anterior mandato pelo PS. Sempre propusemos selos de estacionamento para residentes e estacionamento não pago em parques periféricos para todos os que nos visitam. Este é um primeiro passo.

Esperamos pelos seguintes. Medidas justas, urgentes e necessárias, como estas, só podem contar com o nosso voto favorável. Esta é outra daquelas medidas tão óbvias, que nunca percebemos como não foram feitas anteriormente, a par da questão do saneamento ou da cobertura do mercado municipal! Mais uma vez reiteramos, fazer o óbvio não é nada de extraordinário. O extraordinário é o que é óbvio demorar tanto tempo para se

realizar. Desta forma, a CDU vota favoravelmente este ponto da Ordem de trabalhos. Nazaré, 26 de junho de 2026, O Grupo Municipal da CDU na Assembleia Municipal da Nazaré". ----------

10. PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO DOS COMPROMISSOS PLURIANUAIS – CONTRATAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO ÂMBITO DAS ATIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR (AEC), ATIVIDADES DE ANIMAÇÃO E APOIO À FAMÍLIA (AAAF) E COMPONENTE DE APOIO À FAMÍLIA (CAF) — ANO LETIVO 2026/2027

Aprovado por unanimidade.

- Usou da palavra a Senhora Deputada Mara Neves: ----------

"Declaração de voto:

A CDU vota favoravelmente este ponto porque, dentro do quadro atual não há grandes alternativas e não pretendemos atrasar o processo. Alertamos para as questões de sempre. Para os serviços em questão, que deveriam estar integrados no plano educativo global sem ter de ser externalizado, assegurado por professores e técnicos qualificados para o efeito, reconhecidos na sua profissão e não de outras formas como tem acontecido. Alertamos para as condições em que se irá contratar estes serviços. As contratações públicas cada vez mais devem pugnar por fornecedores de serviços que pugnem por significar um valor social acrescentado, com base nas práticas e valores de respeito pelos trabalhadores, pelas condições laborais e contratuais, e pela qualidade dos serviços que prestam. Alertamos para que no início do ano letivo sejam promovidas reuniões com os pais e com representantes da entidade contratada para se perceber os projetos, as pessoas e as condições em que irão desenvolver o seu trabalho junto dos nossos

alunos no próximo ano Nazaré, 26 de junho de 2026 O Grupo Municipal da CDU na Assembleia Municipal da Nazaré". ----------

11. PROPOSTA PELA INTERVENÇÃO URGENTE DE ESTABILIZAÇÃO E MITIGAÇÃO DO RISCO NAS ARRIBAS DA NAZARÉ

- Usou da palavra o Senhor Deputado Fernando Capucha: ----------

" Relativamente à proposta de intervenção urgente de estabilização e mitigação do risco nas arribas da Nazaré, a nossa bancada manifesta o seu total acompanhamento relativamente ao sentido da iniciativa.

Trata-se de uma matéria que ultrapassa qualquer divergência política e que deve merecer um consenso alargado de todos os órgãos autárquicos, tendo em conta que está em causa a segurança de pessoas e bens, bem como a preservação de um património natural que constitui um dos maiores ativos do concelho da Nazaré.

Entendemos, por isso, que é fundamental manter uma posição institucional firme junto do Governo e das entidades competentes, sensibilizando-as para a urgência da intervenção e para a necessidade de garantir o respetivo financiamento.

Contudo, gostaríamos também de deixar um desafio ao Executivo Municipal.

Aproveitando este momento de mobilização institucional, talvez seja importante reforçar junto da Administração Central que os desafios da Nazaré não se esgotam na estabilização das arribas.

Existem outras matérias estruturantes que exigem igualmente uma resposta do Estado, designadamente ao nível da proteção costeira, da defesa do litoral, da mitigação dos efeitos da erosão, da estabilização de outras zonas de risco geológico, da requalificação de infraestruturas afetadas por fenómenos climáticos extremos e da implementação de soluções que reforcem a resiliência do território perante eventos cada vez mais frequentes e intensos.

A Tempestade Kristin demonstrou de forma particularmente evidente a vulnerabilidade do nosso concelho perante estes fenómenos, razão pela qual nos parece importante que o Município continue a assumir uma postura reivindicativa e de proximidade junto do Governo, procurando enquadrar estas necessidades numa estratégia integrada de investimento para o território.

Pensamos que esta é uma oportunidade para afirmar que a segurança da Nazaré deve ser encarada de forma abrangente e preventiva, garantindo não apenas a intervenção nas arribas, mas também o desenvolvimento de um conjunto de medidas estruturais que permitam proteger as populações, os visitantes, as infraestruturas e os recursos naturais do concelho.

Nessa medida, a nossa bancada manifesta o seu apoio à proposta apresentada e incentiva o Executivo a manter uma ação persistente e articulada junto das entidades competentes, no sentido de assegurar que estas reivindicações se traduzam em intervenções concretas no território. Bancada da Assembleia Municipal / Nazaré Merece / PSD". ----------

- Usou da palavra o senhor Deputado Cláudio Peça: ----------

" É fundamental avançar com todas as linhas de trabalho que protejam as pessoas. Não se devem olhar a esforços quando o que está em causa é a proteção civil. No entanto, importa referir que todo e qualquer projeto de sustentação das arribas que seja desligado da pressão que sobre elas é exercida, seja pela construção inapropriada, seja pela circulação crescente de veículos, seja pelas formas crescentes de pressão por via da dinamização de eventos de grande dimensão, com milhares de pessoas em locais de risco, camiões e estruturas pesadas de apoio logístico a estes eventos, fomentam situações de risco elevado para aquilo que aqui se pretende – a proteção das arribas e do nosso património natural e ambiental. Por outro lado, se a classificação do nosso promontório como geomonumento de interesse nacional tivesse avançado tal como a CDU propôs e a AMN aprovou por unanimidade, muitas destas formas de pressão já teriam sido reduzidas. Mas reiteramos, não se devem olhar a meios quando está em causa a proteção civil e a defesa do nosso património ambiental e natural que tantos nos caracteriza, orgulha e identifica. Nazaré, 26 de junho de 2026, O Grupo Municipal da CDU na Assembleia Municipal da Nazaré". ----------

A Assembleia tomou conhecimento. ----------

- Sendo zero horas, o Senhor Presidente da Assembleia, colocou à consideração da Assembleia Municipal a continuação dos trabalhos, sendo deliberado por unanimidade, dar continuidade à sessão. ----------

- Usou da palavra o Senhor Deputado Geraldo Viola, *que disse que em sede de Comissão Permanente foi avançada a possibilidade de se colocar um novo ponto por*

causa da questão das medalhas, ao que o Senhor Presidente da Assembleia respondeu que acabou por não ser feito. ----------

APROVAÇÃO DA MINUTA DA ACTA OU DE PARTES DA MESMA, SE A ASSEMBLEIA ASSIM O DETERMINAR.

Após leitura, foi aprovada, por unanimidade. ----------

Por nada mais haver a tratar, sendo zero horas e dez minutos, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia deu os trabalhos por encerrados de que, para constar, se lavrou a presente Minuta de Ata, assinada pelo Senhor Presidente da Assembleia, e por mim, Ana Paula de Sousa Veloso, Técnica Superior, que a redigi e subscrevi. ----------